



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**A política externa do Governo Bolsonaro: desmitificando o  
"isolamento político".**

Raul Teixeira de Queiroz

Orientador(es) | Evanthia Balla

Évora 2024

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**A política externa do Governo Bolsonaro: desmitificando o  
"isolamento político".**

Raul Teixeira de Queiroz

Orientador(es) | Evanthia Balla

Évora 2024

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Silvério Carlos Rocha-Cunha (Universidade de Évora)

Vogais | Evanthia Balla (Universidade de Évora) (Orientador)  
Irene Viparelli (Universidade de Évora) (Arguente)

*Dedico este trabalho a Deus  
ao meu pai Roberto Queiroz (in memoriam)  
à minha mãe Ozelita Pinto  
aos meus irmãos Thiago e Caio  
e a minha amada Jani  
por todo o incentivo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de viver esse momento tão especial. Não posso deixar de agradecer também a todos os funcionários e colaboradores da Universidade de Évora, em especial a Profa. Evanthia que tanto acreditou na minha capacidade de dedicação mesmo envolto a tantos problemas e contratempos.

A todos os amigos que de alguma forma vivenciaram esse momento da minha vida e puderam me dar todo o apoio, em especial aos amigos formados no programa Erasmus, que jamais poderia ter a ousadia de citá-los um a um por temer esquecer algum, pois todos foram igualmente importantes, principalmente considerando que eram de várias nacionalidades e continentes e puderam acrescentar bastante ao meu curso de relações internacionais.

Agradeço a cidade de Évora por ter me proporcionado momentos tão marcantes, a cidade de Lisboa por ter sido o lugar do meu leito por mais da metade do curso e todos os portugueses que de alguma forma me receberam com distinta hospitalidade.

Agradeço, por fim, a todas as demais pessoas que contribuíram para esse trabalho e respeitaram todo o esforço e dedicação necessário para finalizá-lo.

## RESUMO

Este estudo trata da análise da política externa do presidente Jair Messias Bolsonaro durante os seus quatro anos de mandato, analisando o impacto da vertente ideológica e a adoção do pragmatismo frente ao cenário formado após a vitória de Joe Biden para presidente dos Estados Unidos. Busca-se apresentar as prioridades da política externa, o método adotado para vencer o isolacionismo e averiguar se foi possível superar esse desafio. Para tal, é conceituado o que seriam o isolacionismo, o pragmatismo e a política externa, bem como a análise da política externa de Bolsonaro. Foi adotada uma metodologia de pesquisa documental e recolha e análise de dados empíricos para a interpretação da política externa do ex-presidente Bolsonaro. A partir de um estudo realizado utilizando a lente teórica do realismo, argumenta-se que houve uma passagem de uma postura ideológica e de proximidade com os Estados Unidos da América, observada nos primeiros anos do governo Bolsonaro, para uma postura mais pragmática, inclusive na relação do Brasil com a Rússia, de modo a garantir benefícios econômicos para o país, mas também uma reafirmação no cenário internacional, especialmente no âmbito dos BRICS.

Palavras-chave: Brasil. política externa. Interesses nacionais. Presidente Jair Messias Bolsonaro. BRICS. Pragmatismo. Isolamento político.

## **ABSTRACT**

### **The Bolsonaro Government's foreign policy: demystifying the “political isolation”**

This study deals with the analysis of President Jair Messias Bolsonaro's foreign policy during his four years in office, analyzing the impact of the ideological aspect and the adoption of pragmatism in the face of the scenario formed after Joe Biden's victory for president of the United States. The aim is to present the priorities of foreign policy, the method adopted to overcome isolationism and find out whether it was possible to overcome this challenge. To this end, what isolationism, pragmatism and foreign policy would be is conceptualized, as well as the analysis of Bolsonaro's foreign policy. A documentary research methodology and empirical data collection and analysis were adopted to interpret former president Bolsonaro's foreign policy. Based on a study carried out using the theoretical lens of realism, it is argued that there was a shift from an ideological stance and proximity to the United States of America, observed in the first years of the Bolsonaro government, to a more pragmatic stance, including in Brazil's relationship with Russia, in order to guarantee economic benefits for the country, but also a reaffirmation on the international scene, especially within the scope of the BRICS.

**Keywords:** Brazil. foreign policy. National interests. President Jair Messias Bolsonaro. BRICS. Pragmatism. Political isolation.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>1 DEFINIÇÃO DE CONCEITOS DE ISOLACIONISMO E PRAGMATISMO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1. Isolacionismo.....</b>	<b>12</b>
1.1.1. <i>Isolacionismo próprio: O caso da Presidência Trump.....</i>	<i>14</i>
1.1.2. <i>Isolacionismo imposto: O caso da Rússia de Vladimir Putin.....</i>	<i>16</i>
<b>1.2. Pragmatismo.....</b>	<b>18</b>
1.2.1. <i>O pragmatismo filosófico.....</i>	<i>19</i>
1.2.2. <i>O pragmatismo como ferramenta democrática.....</i>	<i>20</i>
<b>2 A POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA – BREVE HISTÓRICO.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1. A política externa do Governo Bolsonaro.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2. Os fatores que norteiam a política externa bolsonarista.....</b>	<b>26</b>
2.2.1. <i>Fator Ideológico.....</i>	<i>28</i>
2.2.2. <i>Fator Econômico.....</i>	<i>31</i>
2.2.3. <i>Fator da Defesa Nacional.....</i>	<i>33</i>
<b>3 ISOLACIONISMO NO GOVERNO BOLSONARO.....</b>	<b>36</b>
<b>3.1. Ápice do isolacionismo: O alinhamento diplomático com os EUA.....</b>	<b>39</b>
<b>3.2. O relacionamento internacional brasileiro com outros países além dos Estados Unidos durante os anos 2019-2020.....</b>	<b>42</b>

<b>4 PRAGMATISMO NO GOVERNO BOLSONARO.....</b>	<b>44</b>
<b>4.1. A mudança para a postura pragmática.....</b>	<b>44</b>
<b>4.2. As dificuldades russas e o papel do BRICS na estratégia de contra-sanções russas.....</b>	<b>45</b>
<i>4.2.1. A defesa do interesse econômico russo e as contra-sanções.....</i>	<i>48</i>
<i>4.2.2. O BRICS como apoio da Rússia.....</i>	<i>51</i>
<b>4.3. O Ápice do pragmatismo: Apoio brasileiro à estratégia russa.....</b>	<b>53</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

O presidente Jair Messias Bolsonaro é uma figura polêmica e que traz consigo uma complexidade para se discorrer. Isso se dá porque existe uma palavra que descreve um sentimento que é pulsante no imaginário de todo brasileiro: Esperança. Em virtude disso existe uma cobrança relevante sobre qualquer presidente que venha a assumir o Brasil e com o Bolsonaro isso não foi diferente.

Tanta cobrança é necessária, mas é importante olhar para o passado para entender toda a complexidade que formou o Brasil de hoje, como a própria falta de educação adequada, segurança e costumes do povo que não permitem a nação progredir.

Com o Partido dos Trabalhadores assumindo o país por tantos anos e não conseguindo resolver esses problemas, quando na verdade se observavam membros desse partido envolvidos em escândalos de corrupção e diversas obras atrasadas, o surgimento da figura de Bolsonaro e seu discurso veio para trazer ao povo essa chama de esperança. Opondo-se a tudo aquilo que se dizia de esquerda, sendo até mesmo uma frase muito conhecida sua como “se o PT vota sim, eu voto não. Se o PT vota não, eu voto sim”.

Não apenas nas políticas internas, mas também em se tratando de política externa, o presidente Bolsonaro se mostrou totalmente contrário ao trabalho construído durante os governos do Partido dos Trabalhadores em questão de política progressista ao passo que na segunda metade de seu governo, atuou mais próximo do BRICS. Considerando que o PT estava exercendo um trabalho dentro do Foro de São Paulo - auxiliar os países liderados por forças marxistas com a máquina estatal brasileira, Bolsonaro logo tratou de atuar fortemente contra o progressismo defendido por marxistas dentro da América do Sul, cortando relacionamento do Brasil com a Venezuela e Cuba. Em se tratando de política internacional, se aproximou dos Estados Unidos da América quando este era governado pelo Presidente Trump, de Israel de Benjamin Netanyahu e demais países liderados por líderes do espectro da direita.

Após a derrota de Trump para Joe Biden, Bolsonaro se viu em uma situação delicada onde seu maior parceiro internacional havia perdido, tirando do Brasil o respaldo de uma superpotência mundial. Desta forma, a estratégia de posicionamento em decisões estadunidenses foi alterada para focar nas relações com os países do BRICS - incluindo a Rússia, rival internacional dos Estados Unidos e oposta ideologicamente ao grupo político de Bolsonaro - que chamou essa estratégia de “pragmatismo”.

Dito isto, o presente trabalho irá conceituar isolacionismo, pragmatismo e apresentará os métodos de análise de política externa. Após, através de uma análise realista, passaremos a analisar o histórico internacional do governo brasileiro à nível sistêmico e estado-nação durante o período de Bolsonaro e em como se deu a política externa bolsonarista, observando os fatores que balizaram o período ideológico e suas consequências, como também qual o momento que se deu a mudança de postura ideológica para pragmática. Verificaremos a mudança de postura ideológica de Bolsonaro que lhe alinhava com os Estados Unidos de Donald Trump para uma postura mais pragmática e que vinha sendo habitual na política externa brasileira nos governos anteriores. Por fim, é feita uma análise do ápice desse pragmatismo com o relacionamento Brasil-Rússia durante o período da Guerra da Ucrânia, ao passo que é possível ver um Brasil mais maduro internacionalmente e próximo dos países do BRICS.

## 1 DEFINIÇÃO DE CONCEITOS DE ISOLACIONISMO E PRAGMATISMO

### 1.1. Isolacionismo

O verbo isolar, conforme o site Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis (Weiszflog, 2015), significa separar, impossibilitando a comunicação; tornar incomunicável ou solitário. Este também classifica o termo político como relativo ou pertencente à política. Desta forma, isolamento político seria o ato de ficar separado ou solitário quando o tema é a política mesmo que seja por vontade própria.

Em se tratando de relações internacionais, a prática da política se dá através da diplomacia, o que fixa o isolamento político como o ato de não manter relações diplomáticas com os demais países ou evitá-las. Também temos que observar o tipo de isolamento, pois pode passar de imposto, como na Coreia do Norte até o próprio, como por exemplo os países que não participam do Tratado de Não- Proliferação Nuclear, ou a Guiana Francesa em relação à integração sul americana.

Já a definição de isolacionismo, define o site da Britannica (Editores, 2023), como sendo uma política nacional de evitar complicações políticas ou econômicas com outros países. Por tanto, o isolacionismo pode ser caracterizado como uma política pública que busca evitar envolvimento nas questões de outros países e evitar que os relacionamentos existentes possam trazer onerosidade e force o país a empregar forças em certos assuntos que poderiam estar sendo aplicadas em outras.

Baseando-se na obra de Aron (2002), podemos verificar que a política externa implica em dois fatores: força e sobrevivência (segurança). A nação deve atuar perante os outros atores internacionais com o intuito de garantir a defesa dos seus interesses que na maioria dos casos são a garantia de sua segurança. Para tal, as nações têm diversas possibilidades de atuar, inclusive através de guerras, utilizando sua força.

Algumas nações adotam o poder da dissuasão como meio de defesa, uma vez que acreditam na possibilidade do adversário ter medo em enfrentar uma nação forte, enquanto outras nações optam por uma política externa mais agressiva que busca ocupar espaços físicos estratégicos ao redor do globo ou realizar ataques preventivos e precisos que não permita ao adversário unir forças.

Logo, se um país assume a posição de isolamento e não age perante às demais nações para defender seus interesses, poderá ser surpreendida depois por alguma força maior que tente lhe dominar ou lhe mantenha em um estado de

insegurança. Por isso, Aron (1974, p. 11) aponta que a postura de isolamento poderá incidir na possibilidade de diminuição da força da nação, uma vez que os interesses nacionais não estão sendo defendidos. Este ainda alerta que com o desenvolvimento da bomba atômica, navios com propulsão nuclear, mísseis balísticos e submarinos nucleares, a força de um país poderá se manter mesmo com o isolacionismo, mas que mesmo assim a política externa não se resume a apenas cálculos e demonstrações de força.

Para isso, traz o exemplo do isolacionismo americano que mesmo após vencer a Primeira Guerra Mundial, não o impediu de adentrar na Segunda Grande Guerra, pois se manter isolado no mundo é quase impossível. A lição que ficou foi a de que os cenários internacionais estão em constante mudança. Cedo ou tarde a necessidade de intervenção exterior se consolida, seja diplomática, econômica ou militar, mesmo com a demasia de força e segurança.

A história demonstra que o cenário internacional está em constante mudança. Por exemplo, temos os Estados Unidos da América entre a Crise Financeira de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, quando sabendo que ao entrar na grande guerra, suas forças para o desenvolvimento nacional teriam que ser realocadas para o esforço militar e isso fez com que os americanos evitassem ao máximo entrar na guerra.

Conforme Justus D. Doenecke (1982, p. 201) existem os isolacionistas que optam por postura de não intervenção e envolvimento em assuntos de países terceiros por entenderem que não seria problema dos americanos e que eles não deveriam atrair para os estadunidenses maiores problemas e responsabilidades além daquelas dos próprios Estados Unidos. Isso também não significava que deveriam ficar fora de guerras ou debates, mas se envolver em guerras ou assuntos que fossem somente de interesse direto dos americanos. Essa postura foi adotada até o começo da Segunda Guerra Mundial, quando o país presidido por Franklin D. Roosevelt foi surpreendido pelos japoneses em Pearl Harbor, no arquipélago do Hawaii. Passada a Segunda Guerra Mundial, os americanos mudaram esse entendimento de isolacionismo e passaram a se posicionarem como uma “polícia do mundo”, intervindo em todos os continentes, seja com bases militares, fundação da NATO, guerras, sanções econômicas e outras formas.

Seguindo uma mesma postura de isolacionismo mas divergindo na origem do “porquê”, Doenecke (1982, p. 201), rapidamente compara os pacifistas aos isolacionistas no quesito de não serem adeptos a guerras e desejarem sempre a paz

para o mundo enquanto os isolacionistas não negam a guerra mas entendem que ela não deve ser provocada pelo próprio país, seja por qualquer motivo, devendo a atenção ser voltada para os problemas internos e não para o restante do globo.

### 1.1.1. Isolacionismo próprio: O caso da Presidência Trump

Um exemplo recente de isolacionismo próprio seriam os Estados Unidos durante o governo de Donald Trump, quando os americanos adotaram uma postura internacional que seria basicamente uma mistura dos conceitos de intervencionismo e isolacionismo.

Conforme aponta Rodrigues (2017, p. 16), para além do presidente Trump empossar figuras ditas controversas pela mídia estadunidense, este ainda adotou uma política estadunidense baseada em um intervencionismo militar ao se tratar de política externa, como também de um isolacionismo econômico com uma mistura de protecionismo para os assuntos internos.

A campanha “Buy American, Hire American” que buscava oferecer incentivos para o desenvolvimento da indústria americana e assim garantir uma segurança econômica e manter a base industrial americana estruturada, criando empregos, fortalecendo a classe média e dando apoio às indústrias bélicas e de defesa. Pode-se observar, conforme Bernardo Rodrigues, uma valorização do produto nacional em detrimento dos importados. Tal programa tinha um receio da Câmara dos Deputados que acreditava em uma postura similar por parte dos outros países e, assim, os produtos exportados poderiam sofrer sobre taxas no exterior, diminuindo assim a sua competitividade.

Isso causou uma certa preocupação da comunidade internacional, pois o anti comércio poderia provocar um perigoso movimento protecionista que afetaria a economia mundial (Rodrigues, 2017, p. 19). Sem dúvidas seria preocupante a forma com a qual o mundo reagiria a esse posicionamento americano, pois todos já estavam em um processo de desglobalização desde a crise econômica de 2008 e tudo isso tendia a acelerar essa tendência que já se apresentava em crescimento.

Em termos internacionais, a primeira medida foi a saída dos EUA do *Trans Pacific Partnership*, o que demonstrou ser um sinal claro do protecionismo que estava por iniciar. Esse acordo internacional reunia os países que juntos somavam o correspondente a 40% do PIB mundial, além de ser o maior acordo da história dos

americanos. A intenção do acordo seria justamente a redução de barreiras comerciais, uma facilidade para acessar mercados, dentre outros pontos.

Ainda segundo Rodrigues, tal posicionamento abriu margem para que os chineses pudessem ocupar o espaço deixado pelos americanos nos mercados, o que fortaleceria a indústria chinesa, mas para Trump os americanos iriam assinar apenas acordos bilaterais, o que marcou o afastamento dos EUA de acordos multilaterais. O FMI, OMC e Banco Mundial avaliaram a situação como delicada pois poderia acarretar na retração da economia mundial. Essa constatação de Rodrigues se aproxima ao já observado por Raymond Aron (1974) que acreditava ser prejudicial o isolacionismo por permitir justamente o que aconteceu com Donald Trump: Ao se isolar, outras potências ocupariam o seu lugar.

Já no campo militar, o intervencionismo foi forte mas não como das maneiras anteriores. Por exemplo, por meio da dissuasão, o conflito com a Coreia do Norte fez com que os americanos tivessem um porta-aviões nuclear e um submarino nuclear na região asiática, ao passo que as tensões por conta dos testes nucleares norte-coreanos aumentavam. Também foram instalados lançadores de mísseis na Coreia do Sul e realizados exercícios militares com o Japão.

Por tanto, o que se observa no isolamento por parte dos americanos é que esse seria um isolamento próprio, ou seja, da vontade do próprio governo ou uma política externa estabelecida e não uma imposição internacional, como Cuba ou Coreia do Norte. É muito importante ressaltar que os Estados Unidos da América são uma das maiores economias do mundo e caso a comunidade internacional resolva isolá-los, isso muito provavelmente causaria uma grave crise econômica mundial seguida de fome e até mesmo falta de acesso a tecnologias que somente os americanos detêm.

Esse isolacionismo pode ser comparado ao de Jair Bolsonaro ao passo que este adota uma postura parecida com a de Trump. Com os fóruns internacionais debatendo agendas como a pró-aborto e a ideologia de ambos defendendo a luta contra a legalização do aborto e entendimento de que a vida é iniciada já no ventre da mulher, ambos os líderes deixaram de participar de tais agendas e se isolaram nesse debate, ao passo que esse isolamento acabou por repercutir no relacionamento entre os líderes de outras nações globalistas, deixando estes afastados dos demais. Enquanto que Bolsonaro cortou relações com a Venezuela e impossibilitou a importação de derivados de petróleo ao Brasil oriundos desse país,

buscou fazer reformas econômicas de cunho liberal com a chamada MP da Liberdade Econômica, criação do PIX, redução de cargas tributárias e obras de infraestrutura.

Assim, podemos definir o isolamento próprio como aquele estabelecido, esperado e medido pelos governos como uma política externa, ou seja, quando a política externa leva ao isolamento. Em síntese, o isolamento próprio seria quando a própria nação se mantém em isolamento.

### *1.1.2. Isolacionismo imposto: O caso da Rússia de Vladimir Putin*

Ao inverso do caso dos americanos, temos o caso da Rússia de Vladimir Putin que iniciou uma guerra contra sua vizinha e ex-república soviética, a Ucrânia.

Após a queda da União Soviética, a Rússia perdeu a influência que tinha no leste europeu e passou por uma necessária reestruturação que foi comandada pelo ex- KGB, Vladimir Putin. Com o alargamento da União Europeia e a entrada de países ex-soviéticos, como a Lituânia, Estônia e Letônia, era questão de tempo para o engajamento da Ucrânia ao grupo iniciado pelo Benelux.

Tentando manter sua hegemonia por meio da força, a Rússia iniciou uma guerra - a priori chamada de “operação especial” contra os ucranianos para tentar derrubar o presidente Zelensky que acabou não logrando êxito e estendendo o conflito até os dias atuais (2024). É importante esclarecer que o conflito não passou por julgamento de mérito da ONU - Organização das Nações Unidas e, por tanto, o ato russo desrespeitaria a vontade da comunidade internacional que atualmente tem se manifestado totalmente contra a invasão ou se mantendo neutro e que os russos estavam cientes das retaliações e encerramento de relações com diversas nações após isso.

De acordo com Ioan-Alexandru Doni (2023), após o início do conflito, a Rússia sofreu com sanções impostas por países do ocidente que já somam mais de 11 pacotes de sanções. Todas essas imposições causaram um grande prejuízo aos russos e tiveram que mudar o foco de suas atividades comerciais para outros países.

Desta forma, acrescenta Doni (2023, p.4), “the Russian Federation managed to develop its foreign policy instruments within the Shanghai Cooperation Organization, within the BRICS alliance, in the Middle East area, being a friendly state of the Iranian state but also in the Latin America area”.

Importante lembrar que a Rússia de Putin apoiou a ditadura iraniana, venezuelana e cubana. Com isso, acabou por se criar uma geopolítica nova. São tantos os países dominados pela antidemocracia e regimes autoritários que é possível esses países fazerem comércio entre si, quase que recriando a Guerra Fria e moldada no bloco soviético. Hoje existe China, Rússia, Cuba, Irã, Coreia e demais ditaduras africanas juntas e independentes do ocidente para realizarem tratativas. Juntam-se a esse bloco o Brasil, África do Sul, Índia, Argentina, Síria e outros países do oriente médio. A grande surpresa são os países da América Latina que outrora estiveram lutando contra os soviéticos na Guerra Fria mas que hoje estão neutros ou com um apoio não declarado.

Por tanto, o isolamento da Rússia atualmente tem se restringindo ao grupo geopolítico da União Europeia/NATO e sua esfera de poder e buscado se basear nas relações com o BRICS sendo esta a principal válvula de escape dos russos e tendo a China a principal apoiadora “branca” do conflito, com até mesmo o Brasil sob o governo de Jair Messias Bolsonaro negociado com os russos momentos antes do conflito e durante o conflito, estendendo essa relação comercial para o atual presidente Lula. Não se sabe até que ponto esse isolamento se consolidará mas já há muita movimentação na própria ONU para isolar a Rússia, o que se mostra bastante complicado, uma vez que os russos são membros permanentes do Conselho de Segurança e têm poder de veto.

Doni (2023, p.5) ainda completa seu estudo afirmando que “from a political point of view, the Russian Federation is in a galloping process of geopolitical isolation, based on the actions carried out in the Ukraine War. On February 24, 2023, the UN General Assembly voted on the resolution on the withdrawal of Russian troops from the territory of Ukraine: 141 votes for, 7 abstentions and 32 votes against”.

O que talvez falte ser analisado no caso russo seria o fato de que são tantos países atualmente com a democracia em risco que isso pode favorecer os russos em um futuro não tão longínquo. Atualmente, por exemplo, estão ocorrendo alguns golpes de estado - apoiados pelos russos - em países africanos que foram colônias de países imperialistas europeus, principalmente da França - que tem oferecido forte suporte aos ucranianos, e somada ao BRICS que tem dado passos largos para largar o fator dólar das negociações e aceitar países com longo histórico de ditaduras como o Irã, fortes crises sociais e cerceamento da liberdade de expressão como o Brasil ou uma forte crise financeira como a Argentina, é formado um cenário que poderá

fortalecer o lado russo a longo prazo.

Por tanto, no cenário atual, o que podemos avaliar é que os russos estão isolados pela comunidade internacional com o próprio Vladimir Putin sendo, inclusive, impossibilitado de seguir viagem à África do Sul para uma reunião de cúpula do BRICS pois o Tribunal Penal Internacional emitiu uma ordem de prisão ao chefe de estado russo e isso forçaria os africanos a prendê-lo apenas para não criar um mal-estar dos sul-africanos com o ocidente.

Desta forma, é possível verificar que o isolamento russo se difere dos Estados Unidos de Donald Trump e do brasileiro, uma vez que este primeiro é imposto e o segundo seria um auto-isolamento. Assim, podemos classificar o isolamento imposto como aquela contrário à vontade da nação por mais que tenha consciência que certa atitude poderá levar a esse isolamento. Em resumo, o isolamento imposto é aquele do qual as outras nações se afastam.

## 1.2. Pragmatismo

A Britannica (Editores, 2023) classifica pragmatismo como *school of philosophy, dominant in the United States in the first quarter of the 20th century, based on the principle that the usefulness, workability, and practicality of ideas, policies, and proposals are the criteria of their merit*. Enquanto que o Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis (2015) conceitua o pragmatismo como sendo consideração das coisas de um ponto de vista prático.

Em se tratando de relações internacionais, o pragmatismo estaria ligado à busca pela melhor oportunidade por parte do tomador de decisões. Isso incluiria a ponderação dos diversos fatores que incidem numa decisão nesse campo. Podemos incluir nessa ideia a questão de prováveis sanções econômicas ou o afastamento de um mercado em prol de outro. Mas um ponto sempre presente em decisões pragmáticas seria a busca pelo máximo de benefícios possíveis.

Podemos considerar que uma decisão que é levada pela emoção ou ideologia não seria pragmática, uma vez que decisões tomadas sob a égide de ideias estariam ponderando o “deve ser” das coisas e não como elas realmente são. Ou seja, as decisões seriam baseadas nas crenças e não nas experiências, o que vai de encontro ao pregado pelo pragmatismo filosófico. Este considera que são os testes ou situações já testadas que são consideradas pelo pragmatismo.

Podemos, então, observar que o pragmatismo está intimamente ligado ao que é chamado de experiência científica, considerando apenas aquilo que já foi fruto de testes sociais. Assim, é possível classificar o pragmatismo como o fruto da experiência enquanto nas relações internacionais esse pragmatismo seria o ato do tomador de decisões afastar suas crenças na sua avaliação.

O pragmatismo começou a ser estudado a tempos atrás nos Estados Unidos da América e tem sua aplicabilidade em praticamente todas as áreas da vida, desde a religião até a defesa da democracia. O pragmatismo seria, portanto, uma corrente filosófica. O interessante do pragmatismo democrático é que a democracia é justamente a decisão tomada pelo povo governado e, por tanto, a democracia seria exatamente fruto da experiência social.

### *1.2.1. O pragmatismo filosófico*

Da obra de Catherine Legg (2008), podemos afirmar que o pragmatismo seria uma tradição filosófica que entende que o conhecimento do mundo compreende as ações ocorridas dentro dele, sendo portanto inseparáveis. Em seu artigo Pragmatism publicado na Stanford Encyclopedia of Philosophy, Catherine argumenta que esse pensamento pragmático traz a obrigatoriedade de todos os conceitos filosóficos serem experimentados cientificamente e que a afirmação só seria verdadeira caso tivesse utilidade para o progresso da sociedade.

Essa linha de estudo foi inaugurada pelos chamados pragmatistas clássicos por volta de 1870 na Universidade de Harvard nos Estados Unidos da América, tendo destaque para Charles Sanders Peirce e William James. De acordo com Catherine Legg, esses pensadores mantiveram o foco em teorizar a investigação, o significado e a natureza da verdade com William James tendo aplicado esse tema na busca da verdade religiosa. Já com John Dewey e Jane Addams o pragmatismo filosófico se voltou mais para a política, educação e outras dimensões de melhorias sociais.

Em análise aos estudos de James, a pesquisadora Legg observou que existem dois tipos de temperamento humano, sendo os de tough-minded – ‘mente dura’ ou inflexíveis - aqueles que são mais empíricos e gostam de usar os fatos apresentando um comportamento mais irreligioso, pessimista e materialista, enquanto que os de tender-minded - ‘mente gentil’ ou flexíveis - optam por usar princípios e o raciocínio, adotando uma postura mais otimistas, religiosa e idealista.

De certo, assim como qualquer corrente filosófica, muitos entendimentos são alterados, melhorados ou desmentidos, porém no caso do pragmatismo filosófico, o seu conceito tem se mantido firme, sendo considerado como uma corrente que busca verificar cientificamente as ideias e testá-las, descartando aquelas que não se mostraram proveitosas ao progresso da sociedade ou grupo.

Comparando com a política, podemos afirmar que o pragmatismo se destaca ao momento do governante não considerar suas crenças para tomadas de decisões e sempre buscar aquela que melhor se compatibilize ao seu objetivo, ou seja, que decisão trará mais vantagens que desvantagens para o crescimento de sua sociedade. Desta forma, o pragmatismo tem sido utilizado como um meio de se chegar à democracia.

Nas relações internacionais o pragmatismo é verificado quando um personagem, considerando a geopolítica e outras áreas de influência, busca a melhor vantagem para sua nação ou grupo, deixando decisões movidas por crenças de lado e utilizando as experiências já testadas como principal balizador das decisões.

### *1.2.2. O pragmatismo como ferramenta democrática*

Conforme Heródoto (*apud* Cavalcanti, 1992, p. 43), a democracia seria o governo do povo com isonomia. Também acrescenta que os magistrados devem por suas decisões em comum, devendo prestar contas ao povo. Desta forma, as principais características do regime democrático seriam: I - isonomia; II - acesso aos cargos através de sorteio; III - a soberania do povo que a exerce de forma direta através das assembleias; IV - responsabilização dos magistrados através da prestação de contas após o término do seu mandato; e V - o princípio da maioria.

Com o passar dos séculos, o conceito de democracia tem sofrido alterações e adaptações ao seu tempo. Em Aron (1961) é analisado que a democracia moderna é um regime capaz de escolher seus governantes; a fixação de uma constituição na qual esse governante exerce sua autoridade; a livre concorrência entre os partidos políticos e os indivíduos aos cargos públicos; e o respeito pelas liberdades pessoais, intelectuais e públicas pelos vencedores.

Uma vez conceituada a democracia originária, é importante conceituar o pragmatismo e seu uso como uma ferramenta democrática. Para isso o pesquisador Francisquini (2021, p. 15) analisa em como se dá o pragmatismo deweyano (oriundo

de John Dewey) chegando a conclusão que esta se divide em duas: A democracia em sentido amplo e a democracia política. A primeira seria exatamente o conceito trazido por Heródoto, sendo que a democracia pode ser interpretada como um espaço dinâmico em que se realiza o autogoverno por meio da ação dos próprios indivíduos que participam coletivamente deste projeto. Encontramos nessa definição o próprio sentido ideal de comunidade. Por outro lado, a democracia política não foi muito bem definida por John Dewey, mas este afirmou que esta seria aquela democracia que se materializa em determinados arranjos institucionais.

Desta forma, a democracia política uma vez materializada em “arranjos institucionais” se apresenta como sendo aquela que se dá através de instituições que formam a democracia e que passam pelo jogo político (partidos políticos, sistema eleitoral e outros).

Já na concepção de Aron (1961, p. 351), a democracia seria composta por um sistema que gera uma competição ordenada entre os partidos e candidatos a cargos públicos necessitando, portanto, de uma legitimidade. Para que essa legitimidade seja alcançada, se faz necessário que a maioria dos governados a reconheçam como tal. A inexistência de revolucionários, ou de pelo menos, governados que se posicionem contrário ao regime democrático é o que garante a legitimidade, enquanto que a eficiência do regime democrático é medida na oportunidade de unir até mesmo os opositores na construção do governo, ou, pelo menos, que estes não atrapalhem sua atividade.

A chance da democracia dar certo é difícil, porém, uma vez conquistada é quase como garantida a prosperidade e desenvolvimento para a nação. Lipset (*apud* Aron, 1961, p. 352) expõe os países que atualmente detêm uma democracia estável: Austrália, Dinamarca, Grã-Bretanha, Irlanda, Holanda, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça e Estados Unidos. Mister pontuar que Aron também elucida a tentativa do Reino Unido de propagar o regime democrático para outras partes do mundo mas que o estado de beligerância interna tem tornado essa possibilidade distante. Até mesmo no século XXI, alguns estados não conseguiram alcançar o estado democrático e permanecem sob revoltas e tentativas de golpes de estado que são consequência daquilo que Aron classifica como “o problema básico das democracias modernas”: o denominador comum após o conflito, seja nas urnas, seja nas ruas.

Os principais oponentes à democracia, de acordo com Aron (1961, p. 355),

seriam os tradicionalistas que tentam defender a aristocracia; os revolucionários de direita, sejam facistas ou nacionalistas que adotam certos pontos dos tradicionalistas; e socialistas que fazem um embate à classe capitalista e dizem proteger a classe trabalhista mas que estão a favor de interesses difusos.

O pragmatismo, por tanto, recomenda às crises políticas que o sistema político se acostume a ter menos democracia política e mais democracia originária. Desta forma, a contribuição do pragmatismo como ferramenta democrática seria o afastamento de métodos e costumes que enrijecem a democracia e a relação Sociedade-Estado e aplica a máxima pragmática, sendo esta a experiência social. Assim, quando a democracia política está em crise com tendências de ruptura, o que se recomenda seria tornar a democracia mais deliberativa e aperfeiçoar os métodos e condições de debate, discussão e persuasão, o que permitiria uma reforma até mesmo da estrutura democrática.

## **2 A POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA – BREVE HISTÓRICO**

Antes de poder analisar qualquer ação tomada pelo então Presidente Bolsonaro é importante esclarecer os atores que lhe cercam, bem como expor seu relacionamento com os EUA e definir a sua política externa. Inegavelmente o ex-Presidente Bolsonaro apresentou uma maneira peculiar durante seu mandato mas em momento algum surpreendeu os estudiosos do assunto pois já era visível sua cumplicidade com Donald Trump até mesmo durante a sua campanha política.

Conforme será demonstrado nos capítulos seguintes, a sua maneira de levar a Política Externa Brasileira - PEB - durante os primeiros dois anos de mandato destoou da maneira adotada por seus pretéritos, inclusive os do regime militar instaurado durante a Guerra Fria, sendo que no seu caso tomou um caminho bem mais radical ao seguir quase fielmente a Política Externa Estadunidense de Donald Trump.

Com a derrota de Trump em uma eleição extremamente conturbada, tendo até mesmo o Congresso Americano sido invadido por manifestantes, o presidente Bolsonaro teve que se reinventar, pois perdeu o seu principal apoiador internacional o que lhe forçou um isolamento político passando de um alinhamento diplomático quase que automático com os Estados Unidos da América para um momento de tomadas de decisões bem mais racionais e pragmáticas.

De certo, nós já podemos admitir que houveram duas políticas de Bolsonaro.

A primeira seria a Política Externa Brasileira - PEB durante o resto do mandato de Trump e a segunda durante a presidência de Joe Biden. A primeira se caracteriza mais pela adoção de uma política influenciada pela ideologia que culminou em declarações polêmicas e atritos com outros líderes mundiais ao passo que durante o segundo período, a política externa brasileira se torna mais pragmática enquanto fazia uma defesa mais sólida dos interesses nacionais, empregando uma postura mais madura e buscando dialogar até mesmo com os países liderados por atores oposto ideologicamente.

### **2.1. A política externa do Governo Bolsonaro**

Na obra de Gonçalves e Teixeira (2020, p. 192), estes acreditam que o governo bolsonarista inaugurou um novo rumo da política externa que “nunca antes vista em qualquer parte do mundo” se moveu por motivações exclusivamente ideológicas, afastando os interesses nacionais das tomadas de decisões. Completam ainda que tal prática é arriscada e deixa o Brasil à deriva de decisões de outra nação, limitando a atuação brasileira dentro do jogo político internacional.

Já Hermann e Hermann (*apud* Saraiva e Silva, 2019, p. 118) categorizam as tomadas de decisões em três tipos. A primeira seria o de líder predominante que toma a decisão apesar da oposição, a segunda seria a decisão de grupo que formam um *compliance* e o terceiro sendo o de múltiplos atores autônomos, sendo vários grupos que não conseguem fixar um *compliance*, que como demonstrado a seguir, foi o caso do ex-presidente Bolsonaro.

Existem alguns atores que por níveis hierárquicos conseguiram influenciar os rumos da política externa brasileira e as decisões do próprio presidente Bolsonaro. Saraiva e Silva (2019, p. 121) seguindo uma abordagem realista conseguiram analisar e apresentar que o principal influenciador da política externa seria o ex-presidente Bolsonaro, seguido pelo ex-Chanceler Ernesto Araújo, Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, ex-Vice Presidente da República e atual Senador General Hamilton Mourão, o falecido Prof. Olavo de Carvalho, Paulo Guedes (ex-Ministro da Economia), Itamaraty, Militares, ex-Ministra da Agricultura Tereza Cristina, diplomatas, Agronegócio, Filipe Martins, ex-Ministro da Justiça, Carlos Bolsonaro, Congresso Nacional, General Reformado Augusto Heleno, ex-Ministro da Casa Civil, Senador Flávio Bolsonaro, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia Astronauta

Marcos Pontes, sendo a bancada evangélica em último lugar mas com relevância.

Dos 20 atores apresentados por Mesquita (*apud* Saraiva e Silva, 2019, pp. 121-122), podemos classificar os atores como pragmáticos x ideólogos. Excluindo o então presidente da república da análise por ser o tomador da decisão final, podemos verificar que na época o grupo dos pragmáticos era composto por 12 (onze) atores sendo estes o Vice Presidente Gal. Mourão, Paulo Guedes, Itamaraty, Militares, Tereza Cristina, Diplomatas, Agronegócio, Ministério da Justiça, Congresso Nacional, General A. Heleno, Ministério da Casa Civil e Astronauta Marcos Pontes. Já o grupo dos ideólogos era composto por 7 (sete) atores, sendo o Chanceler Ernesto Araújo, Dep. Fed. Eduardo Bolsonaro, Prof. Olavo de Carvalho, Filipe Martins, Carlos Bolsonaro, Sen. Flávio Bolsonaro e a bancada evangélica.

Considerando que o Brasil é uma nação soberana, é algo extremamente normal que as decisões sejam determinadas observando os interesses nacionais, porém ocorriam decisões baseadas no cenário internacional formado pelos EUA. Era difícil de entender como era possível os interesses nacionais estarem sendo defendidos com a postura de mera subordinação aos americanos.

Para poder compreender como a postura de Bolsonaro estava defendendo o interesse nacional é necessário olhar para o interior do Brasil e considerar a política interna nessa equação porque, de fato, se for ponderado apenas o pilar EUA-Brasil, a análise não reverberou a realidade total dos fatos.

Conforme Gonçalves e Teixeira (2020, p. 194), ao aplicar o nível estado-nação, pode chegar a conclusão que “toda política externa é produto da inter-relação dos interesses internos, considerados prioritários, com as possibilidades externas, percebidas por meio da avaliação do quadro internacional” e assim também tem que considerar os fatores internos que dentre estes está a base eleitoral de Bolsonaro majoritariamente olavista (patriotas judaico-cristãos). Querendo ou não, a parcela pragmática, como demonstrado, são aqueles do exército ou carreiristas e geralmente decisões desse nicho não eram bem aceitas pela base política, ao passo que os ideológicos seriam aqueles que tinham o contato direto com a população. Podemos verificar que Bolsonaro classificou o interesse nacional como aquele desejado por sua base eleitoral e enquanto estivesse agradando essa base, estaria cumprindo com seus objetivos eleitorais.

Desta forma, segundo Schutte (2019, p.104), os objetivos eleitorais que se tornaram os interesses nacionais de Bolsonaro seriam o combate ao globalismo.

Segundo Olavo de Carvalho o globalismo seria um conjunto de metafísicas universalizantes que “suprime as emoções e as experiências individuais, promove o epistemicídio do cristianismo e atenta contra a soberania cultural dos países e dos cidadãos ocidentais”. Para isso, o globalismo se dividiria em três partes, sendo a expansão do islamismo que seria a maior ameaça para a Europa moderna; o comunismo representado aqui por Rússia e China; e o positivismo tecnocrata neoliberal anticristão que é representado por figuras como Emmanuel Macron e Barack Obama.

Um cargo de presidente, que é diferente de um parlamentar, para se tomar uma decisão, outros fatores devem ser ponderados e isso leva a decisões divergentes daquelas da vontade do povo, muitas vezes porque estes não têm tanto acesso a informação que o chefe de governo ou estado teria. No caso do Bolsonaro, este manteve suas decisões, a priori, baseadas exclusivamente na vontade popular, talvez buscando o ápice de sua popularidade. Podemos atestar isso, como já demonstrado, pelo simples fato de ter vencido a eleição com um discurso pró-Trump e se baseado em uma ideologia tradicionalista.

A política externa tende a se classificar em duas principais questões: Ideologia e pragmatismo. De acordo com Gardini e Lambert (*apud* Saraiva e Silva, 2019, p. 117) a política externa ideológica é “aquela que parte de um mapa cognitivo e é focada em doutrinas e princípios, priorizando a compatibilidade de alternativas aos princípios defendidos em detrimento das consequências práticas desses princípios”, enquanto que se é praticada por meio de administrações específicas. Pudemos observar isso no caso do Bolsonaro que iniciou seu governo se alinhando a Trump no combate aos três tipos do globalismo. Já a política externa pragmática é “baseada na utilidade e praticidade de suas ideias, em que o peso das consequências de cada ação supera o apreço por um ou outro princípio”, tendo escopo a médio ou longo prazo. Essa segunda postura foi observada após a saída de Trump que deixou o Brasil em uma situação frágil, pois não teria a mesma força econômica e militar para combater o globalismo sozinho, o que fez o presidente Bolsonaro abandonar a postura ideológica, principalmente nos relacionamentos bilaterais.

Ainda de acordo com Gonçalves e Teixeira (2020, p. 195) nas relações internacionais o posicionamento das nações geralmente seguem dois caminhos: Uma mais intrínseca ao comércio e outra que considera os fatores geopolíticos. A primeira linha compreende que as relações internacionais ficam basicamente

limitadas às relações de comércio e transações financeiras, sendo os atores desse setor os principais influenciadores da política externa. Já a segunda linha engloba o primeiro conceito mas acredita que, para além disso, devem ser consideradas as questões militares e geopolíticas. Ambas defendem que os posicionamentos internacionais a serem adotados por uma nação devem buscar a defesa dos interesses nacionais de seu setor de exportação e buscar a melhora das condições para a venda dos produtos produzidos em território nacional, com a segunda linha expandindo o posicionamento para a defesa da soberania da nação.

O governo Bolsonaro foi o primeiro a fugir disso e a não considerar essas linhas diplomáticas na maioria das tomadas de decisões e basicamente inaugurou uma nova linha de ações diplomáticas no contexto brasileiro: as ideológicas. Alguns bons exemplos dentre muitos das consequências disso são o afastamento ao princípio da reciprocidade com a isenção de visto a países como EUA, Canadá, Japão e Austrália e o perigo de perder o mercado árabe se transferisse a embaixada para Jerusalém. Acrescente-se ainda o relacionamento com o BRICS que faria parte do globalismo só ganhou importância à política externa bolsonarista na segunda metade do mandato após o Bolsonaro ficar à deriva sem Trump e tendo que mudar toda a sua política externa de ideológica para pragmática da noite para o dia. É importante ressaltar que o Brasil já tinha um relacionamento com o BRICS construído nos governos anteriores, mas que no governo Bolsonaro esse relacionamento esfriou ao passo que Bolsonaro não considerou ser estratégico se aproximar dessas nações que para sua base ideológica deveriam ser combatidas.

## **2.2 Os fatores que norteiam a política externa bolsonarista**

Maciel e Hirst (2022) trouxeram um estudo que delimitou alguns pilares que podem ser usados como parâmetros para se analisar a política externa de Bolsonaro. Na maioria dos casos, o estudo é feito do ponto de vista sistêmico, saindo de uma perspectiva internacional para a perspectiva nacional, ou seja, de acordo com o cenário geopolítico mundial é que os líderes ajustam suas políticas, de fora para dentro, considerando a defesa dos interesses nacionais. Porém, no caso em epígrafe, o governo Bolsonaro seria melhor analisado se considerasse também o nível estado-nação, pois a primeiro momento sua política externa foi ideológica e sofria mais influência dos atores domésticos.

Isso se faz necessário por que com o Bolsonaro a política externa se tornou parte da agenda política local, uma vez que a base política ideológica defendia o combate ao globalismo, o que imputa a necessidade da nação canarina não se deixar influenciar por decisões externas, como por exemplo as pressões de Emmanuel Macron em relação à Amazônia ou o apoio a pautas que relativizam a soberania nacional, principalmente aquela relacionada ao meio ambiente.

Para colocar o desejo dos ideólogos em prática se fez necessário que todo o aparato burocrático que antes servia aos ideólogos globalistas perdesse seu espaço para os chamados tradicionalistas, conservadores ou soberanistas e isso alterou o *modus operandi* do Itamaraty que antes se mantinha à deriva aos interesses dos globalistas brasileiros com os globalistas de outras partes do mundo. Com a influência da base ideológica na formação da política externa, a posição do Itamaraty se tornou dependente da ideologia que via nos americanos um grande aliado na luta contra o globalismo, alinhando os posicionamentos brasileiros à estes, destacando o Bolsonaro por sua ideologia no cenário internacional.

Observa-se que no final das contas o que antes era a síntese dos interesses de uma política com um denominador comum, com a chegada dos bolsonaristas no Itamaraty se tornou em mais um instrumento de política pública. Considerando também as articulações internacionais entre líderes conservadores e Bolsonaro, esta pasta se tornou uma das mais relevantes e que tinham mais foco dos debates políticos e da mídia, pois tradicionalmente desde a época de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, o Brasil sempre teve uma diplomacia forte que trouxe bons frutos à nação, como a Questão Christie e a saída do Brasil da Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial, que motivou o desmantelamento da organização e, conseqüentemente, a Segunda Guerra Mundial, como também a presidência da Assembleia Geral da ONU na sessão que estabeleceu a criação do atual Estado de Israel.

Desta forma, a política externa bolsonarista baseou suas ações em três fatores principais, sendo o político-ideológico, econômico liberal e segurança/defesa com todas elas voltadas a combater em seu determinado campo e nível as iniciativas progressistas/comunistas já consolidadas em governos anteriores (Maciel e Hirst, 2022, p. 5).

### 2.2.1. Fator ideológico

Os autores Silva e Rodrigues (2021) analisam como se formou a base política de Bolsonaro, não em como se dá a sua ideologia mas a sua trajetória. Isso é importante pois é possível verificar em como ocorreu a sua mudança de discurso como também ocorreu sua mudança de política externa. Será demonstrado que mudar de postura não é algo difícil para o então presidente da República.

Analisando o passado de Bolsonaro e suas últimas eleições anteriores à candidatura à presidência da república, é possível verificar que existe uma linha média de 100 mil votos desde a sua primeira candidatura para deputado federal. Sua base eleitoral nessa época se dava majoritariamente por militares, familiares destes e poucos simpatizantes. Suas decisões em votações nem sempre foram antagonistas ao Partido dos Trabalhadores - PT, mas sempre manteve um discurso favorável ao período do regime militar brasileiro (1964 - 1985). Seu antagonismo se tornou total somente na década 2010 quando foi possível verificar seus discursos totalmente contrários ao PT enquanto o índice de popularidade dos petistas foi diminuindo, muito em virtude da ineficiência em contornar a crise de 2008.

Silva e Rodrigues (2021, p. 91) acrescentam que a base política formada após o início da década de 2010 se consolidou pois este expandiu o seu discurso para questões que não eram apenas voltadas para o seu público militar carreirista. Além das pautas já defendidas por anos, com os escândalos de corrupção que foram surgindo com o passar das gestões petistas e estes sendo associados à corrupção moral e política, Bolsonaro rapidamente adotou as pautas anticorrupção, defesa da segurança pública, aumento de penas para os crimes e liberação de armas para legítima defesa que ganharam força entre a população que consagrou o seu apoio.

Desta forma, Silva e Rodrigues conseguem estruturar o sujeito político que apoia Bolsonaro como sendo um sujeito que se identifica com os símbolos da classe média e alta, bem como tem as questões conservadoras como fundamento de Brasil, o que inclui ainda o ufanismo ao regime militar e redução do estado. Bolsonaro ainda em 2003 havia se classificado como um defensor da “extrema direita”, defensor do regime militar e contrário à forma que o PT estava implantando os Direitos Humanos. Em 2016 proferiu um discurso em defesa da classe média alegando que o governo do PT apenas favorecia a classe mais baixa (maioria dos eleitores) e que estes colocavam a classe baixa em conflito com a classe média.

Já Alonso (*apud* Silva e Rodrigues, 2021, p. 92) caracteriza a oportunidade aproveitada por Bolsonaro durante o cenário formado e apostou em agregar ao seu discurso os pilares da classe até então indefesa, que seria a defesa do nacionalismo beligerante, o moralismo hierarquizador e o antielitismo. Silva e Rodrigues ainda completam o pensamento de Alonso e afirmam que Bolsonaro usa do maniqueísmo da nova direita, da direita alternativa e dos populistas de direita. O discurso bolsonarista seria, por tanto, a mistura de punitivismo, anticorrupção, meritocracia, defesa da vontade da maioria e o neoliberalismo. Os autores ainda conseguem identificar que Bolsonaro conseguiu unir diversos grupos de diversos setores que se sentiam ameaçados pelo PT.

Dos discursos de Bolsonaro foi formada a máxima entre o seu movimento de que o PT e seus beneficiados são seus opositores e que, portanto, seriam seus inimigos. Os autores ainda acrescentam que observando toda a situação e considerando que as classes mais baixas foram as mais beneficiadas pelos governos petistas, seria de se esperar que ficassem a favor do PT e contra Bolsonaro. Na verdade, não foi o que ocorreu. O discurso bolsonarista atingiu até mesmo as classes mais baixas, principalmente, porque o público evangélico - majoritariamente de classe baixa - se identificou com a defesa da moral e bons costumes presentes nos discursos e que são oriundos da moral judaico-cristã.

Assim podemos somar o conservadorismo, tradicionalismo, religiosidade, pauta anti-aborto e igualdade de gênero às já caracterizadas pautas como o punitivismo, anticorrupção, meritocracia, defesa da vontade da maioria, neoliberalismo, o nacionalismo beligerante, o moralismo hierarquizador e o antielitismo. Posteriormente Almeida (*apud* Silva e Rodrigues, 2021, p. 94), aponta que a síntese disso tudo formou um discurso de demanda securitária, com a moralidade dos costumes, a desqualificação do Estado por ser corrupto e paternalista e a intolerância interpessoal. E para desqualificar o Estado, a pauta do liberalismo econômico foi agregada e logrou êxito em aproximar o mercado do grupo bolsonarista, enquanto que o Ministro da Economia Paulo Guedes seria peça que faltava para conquistar o mercado (Silva e Rodrigues, 2021).

Desta forma, considerando que a sua ideologia prega o combate ao globalismo, podemos verificar que a influência da formação da política externa de Bolsonaro se deu baseada na sua ideologia conservadora, levando ao espaço internacional a defesa de seus pilares. Ocorre que os outros líderes comunistas e

globalistas são a maioria no cenário internacional e isso fez com que Bolsonaro não buscasse um relacionamento com esses líderes, o que gera um isolamento próprio.

Geldentruys (*apud* Hirst e Maciel, 2022, p. 8) ao estudar as peculiaridades que se deram no apartheid sul-africano pode verificar uma existência de auto-isolamento quando os governos são conservadores, nacionalistas e anti-comunistas, o que podemos aplicar ao caso, considerando também a própria vontade mundial em evitar o presidente brasileiro.

Então podemos afirmar que o isolamento não se deu apenas pelo mundo mas o próprio Bolsonaro ao seguir a política externa americana e a sua base ideológica conservadora se isolou do restante do planeta, estando aberto apenas a líderes de seu interesse ideológico mas mantendo - por pressão da ala pragmática - o relacionamento já construído com os países comunistas e globalistas, mas ainda assim alguns fatos geraram pequenos conflitos com a China e França, sendo o segundo até mesmo de carácter pessoal.

Dentro do fator ideológico não poderíamos deixar de citar a influência do Prof. Olavo de Carvalho pois muito da política externa dos primeiros dois anos é o reflexo da influência deste, uma vez que o governo era formado por três grupos que rivalizavam com a influência, sendo os militares, olavistas e liberais. Na divisão de ministérios e departamentos, o Itamaraty (Ministério de Relações Exteriores) ficou ao comando de Ernesto Araújo da ala olavista que como já foi demonstrado, alinham os interesses da política externa brasileira com a política externa estadunidense.

Conforme atesta Calil (2021, p. 6), o professor Olavo de Carvalho foi o fundador do Mídia Sem Máscara - MSM, um website fundado em 2002 em que são publicados conteúdos voltados ao público de direita levando, depois, seus seguidores fundarem em 2009 o Instituto Olavo de Carvalho que fomenta o Curso Online de Filosofia - COF, ministrado por Olavo. Fixa ainda que essa mídia hegemônica foi capaz de posicionar o Prof. Olavo como o principal intelectual da direita apoiadora de Bolsonaro e foi o precursor dos diversos ideais anti-comunismo, anti-globalismo e anti-gramscismo.

Se considerarmos a posição cristã conservadora da base política bolsonarista, podemos verificar que muitas das ideias do Prof. Olavo se iguala ao defendido em diversas igrejas, uma vez que ambos são defensores da moral judaico-cristã com o ideólogo se destacando por seus estudos em filosofia, principalmente a filosofia clássica grega. Ao tempo que Bolsonaro classifica o PT como o inimigo da direita, o

professor Olavo ensina que a tática petista de dominação seria por meio do gramscismo e se infiltra lentamente na sociedade, dominando-a.

Conforme Patschiki (*apud* Calil, 2021, p. 6), Olavo de Carvalho definiria a estratégia de dominação de Gramsci como um domínio psicológico sobre a multidão através de “analgésicos da consciência” enquanto Silva (*apud* Calil, 2021, p. 6) acredita que “a construção de um comunismo sorrateiro e ardiloso é recorrente na história brasileira. Na década de 1930, o comunismo era associado a conspiração e infiltração estrangeira em grandes campanhas jornalísticas”. Um fato indicador desse entendimento poderia ser traduzido na informação dos mais de 116 supostos ataques contra a imprensa por parte de Bolsonaro registrados pela Federação Nacional do Jornalismo só em 2019 (Silva e Rodrigues, 2021, p. 97). Infelizmente não foi possível levantar o número de ataques dos jornalistas contra o Bolsonaro e sua família pois também foram inúmeros, mas é possível argumentar que o clima entre Bolsonaro e imprensa nunca foi amistoso, uma vez que os jornalistas mais influentes foram presos durante o regime militar defendido por Bolsonaro e são comunistas assumidos.

Com o COF, o Prof. Olavo de Carvalho formou diversos alunos que se tornaram intelectuais da direita (Calil, 2021, p. 12) e puderam até mesmo compor o governo Bolsonaro, entre eles o Chanceler Ernesto Araújo, Filipe Martins, Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, Senador Flávio Bolsonaro e demais deputados bolsonaristas como Caroline de Toni. Importante pontuar que foi Filipe Martins quem conectou a família Bolsonaro a Steve Bannon, iniciando assim a relação Trump-Bolsonaro com a luta contra a ameaça chinesa e globalismo.

### 2.2.2. Fator econômico

Para balizar o fator econômico se faz necessário considerar que a riqueza de uma nação se baseia naquilo que ela consegue produzir, ou seja, o ponto forte da economia do Brasil seria justamente aquilo que ele mais produz, bem como o setor produtivo mais forte e que por isso a política externa na matriz econômica deve considerar esse fator na tomada de ações e planejamento de estratégias geopolíticas.

De acordo com Silva et al. (2020, p. 184), no início do milênio o Brasil tinha os semimanufaturados como principais produtos exportados, porém após a crise financeira de 2008 e a crescente demanda da China por produtos primários, as

commodities passaram a ganhar destaque nas exportações brasileiras e em 2009 ultrapassaram os semimanufaturados se tornando o principal eixo dos produtos exportados. Estes ainda acrescentam que os principais produtos exportados foram soja mesmo triturada, óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, minérios de ferro e seus concentrados e, não sendo commodity a, celulose.

Por tanto, como pode ser observado, o principal produto brasileiro a ser exportado é a soja e, conforme dados da ComexStat (*apud* Silva et. al., 2020, p. 180), em 2019 representou 11,57% de toda a exportação com um valor de US\$26,06 bilhões. Enquanto que os óleos e outros derivados do petróleo representam 10,54% das exportações. Fechando o quadro de produtos mais exportados se tem minério de ferro e seus concentrados (10,06%), a celulose (3,32%), carne bovina congelada (3,23%) e milho em grãos (3,23%).

Estes analisam ainda que existe por parte do Brasil uma forte dependência dos chineses quando o assunto é exportação, principalmente quando tratamos da soja, pois a China responde por 78,4% de toda produção brasileira. Isso por um lado é bom, pois a relação Brasil-China tem oferecido aos brasileiros o fortalecimento da sua agropecuária mas por um outro ponto de vista pode apresentar um risco, pois qualquer questão política entre essas nações (ou até mesmo uma guerra com terceiros) pode causar a suspensão das importações pelo lado da China e isso resultaria em um abalo substancial na economia brasileira.

Outro setor da economia que se mostrou relevante por certo tempo foi a indústria. Esta se manteve como principal setor exportador mas desde 1980 vem apresentando uma retração a ponto de ser superada pelas commodities em 2009. Morceiro (2019, p. 9) argumenta que a produção brasileira tinha muitas dificuldades, como a limitação tecnológica, que somados ao coeficiente baixo de exportações dificultava o desenvolvimento industrial. Ele acrescenta que o auge da industrialização brasileira durou por 8 anos, entre os anos de 1973 a 1980 e que desde então a industrialização apresentou tendências de desaceleração e, conseqüentemente, a sua desindustrialização.

Já Diniz (2019, p. 35) ressalta que a política industrial deve ser muito bem planejada e ficar em constante monitoramento, sofrendo as alterações convenientes conforme a economia vai sofrendo suas mutações naturais dos mercados. Algumas medidas deve ser tomadas pelo governo e, devem, no contexto econômico de desindustrialização atual observar que deve ser encerrada a guerra fiscal constante

no Brasil com o reajuste do sistema tributário; nova regionalização do país; um sistema de financiamento com prioridades explícitas; voltar as instituições que promovem o desenvolvimento tecnológico para a industrialização; retomar obras estruturais relevante; e a compatibilização das políticas com o cenário nacional.

Desta forma, num contexto de política externa, fomentar a indústria nacional deve estar como prioridade de qualquer governo que assuma o Brasil, uma vez que não apenas está estagnada mas está regredindo, diminuindo os empregos e a competitividade dos brasileiros perante o cenário mundial e, com isso, colocando a economia brasileira em risco pois está cada dia mais dependente de uma matriz primária com uma grande fatia voltada para a China.

### 2.2.3. Fator da Defesa Nacional

Conforme o estudo de Sales e Santos (2018, p. 86), a América do Sul é um continente que costumeiramente predomina a paz. Logo após a Guerra Fria se encerrar, foi possível verificar um aumento da estabilização da região que buscou se distanciar de radicalismos e iniciou processos de integração regional.

Excetuando as questões de menor relevância como a acusação russa de que a Argentina havia detido um barco de pesca em águas internacionais quando se provou depois estarem em águas argentinas, o milênio 2000 tem sido de tranquilidade e em nenhum momento foi verificada a possibilidade real de uma guerra no continente.

Ao analisar Sales e Santos (2018), é possível perceber que dos doze países que formam a América do Sul, as nações que se destacam ou que tem um poder e influência sobre as demais seriam Brasil e Argentina. É natural, portanto, que exista uma polaridade entre as nações e que podem até mesmo ser verificadas nas questões esportivas. Tal sentimento de rivalidade poderia desencadear um conflito mais acalorado ou até mesmo um conflito armado entre os dois pela hegemonia sul-americana. Em vistas disso foram assinados os acordos de Tlatelolco em que mitigam as possíveis questões conflitantes entre ambos e que objetivou a regionalização da segurança.

Visando o desenvolvimento do equilíbrio na região e confiança mútua entre os pares, a nação brasileira desenvolveu o Livro Branco de Defesa Nacional - LBDN, tornando o país mais transparente e empregando processos estratégicos. Uma forma

de manter sua transparência é fixar na constituição federal a não empregabilidade de ativos nucleares para fins não-pacíficos submetendo o seu programa nuclear a entidades de controle internacionais (Sales e Santos, 2018, p. 87).

De acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional - LBDN (2020), a política externa brasileira e a sua política de defesa são complementares e associadas tendo como escopo “a manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil”. Reconhece ainda a atuação de atores no cenário internacional e fóruns multilaterais como reforço na defesa dos interesses nacionais no âmbito internacional e que o conjunto entre militares e diplomatas deve visar a diversificação de parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as nações amigas fortalecendo assim os laços entre os países.

O LBDN também fixa que o Brasil deve ter capacidade de dissuasão para conseguir inibir as agressões ao território nacional ou contra sua população, bem como defender os seus interesses ao mesmo tempo que a cooperação regional deve contribuir para a paz da região. É entendido ainda que a política de defesa e a política externa se vinculam através da dissuasão (defesa) e cooperação (relacionamento).

Fruto da cooperação inter-regional temos a criação do Conselho de Defesa Sulamericano - CDS. De acordo com seu estatuto, o CDS tem como objetivos gerais a consolidação da América do Sul como uma zona de paz que seja capaz de tornar o ambiente sulamericano capaz de promover uma estabilidade democrática e desenvolver os países da região; a construção de uma identidade de defesa que considere as peculiaridades sub-regionais, fortalecendo assim a América Latina e Caribe; e a geração de consensos e cooperação em matéria de defesa (Estatuto da CDS, 2008).

Através do pensamento de Sales e Santos (2018) podemos verificar que a segurança sul americana também deve considerar as questões de segurança pública, como por exemplo o combate ao crime organizado e facções criminosas que fomentam o tráfico internacional de drogas. Silva (*apud* Sales e Santos, 2018, p. 101), caracteriza tais questões como “ameaças neotradicionais” e as classifica como caóticas uma vez que não é possível vincular as ameaças a um país ou agente, pois tais atos são englobados como um problema maior e difuso. Ressalta-se que enquanto a América do Sul é caracterizada por ausência de conflitos entre nações, é

na criminalidade e questões sociais que mora a principal ameaça à segurança sulamericana (Filho *apud* Sales e Santos, 2018, p. 101).

Visando a questão da criminalidade, os Estados Unidos, ainda na década de 1990, incentivou os países da região a combaterem o tráfico internacional de drogas e plantações de coca, bem como tomassem ação em questões que não ameaçassem diretamente a integridade territorial mas se mostrassem uma ameaça a paz local, como o terrorismo (Villa *apud* Sales e Santos, 2018, p. 101).

Em relação à Amazônia temos uma região com elevada biodiversidade que engloba 9 países, sendo 8 deles independentes e o território ultramarino francês (Guiana Francesa) que no total geram sete fronteiras triplas e vinte fronteiras duplas (Souza, *apud* Álvares, Narita e Rodrigues, 2023, p. 91). Desse imenso bioma, somente na porção brasileira, tem-se conhecimento de 30 mil espécies de plantas, 311 mamíferos, 1.300 aves, 350 répteis, 163 mil anfíbios e 1.800 peixes (Embrapa *apud* Álvares, Narita e Rodrigues, 2023, p. 92).

Essa rica biodiversidade somada à abundância de água doce, minérios e terras férteis trazem certo interesse internacional pela região o que gera preocupação aos países sul-americanos que atualmente tem passado por diversas crises econômicas e sociais, nunca tendo estes se firmado no rol dos países desenvolvidos. Tal perspectiva fomentou a união desses países que foi oficializada em 1978 com o Tratado de Cooperação da Amazônia - TCA, vindo a definir o que conceito de Pan-Amazônia - área territorial da floresta amazônica independente de fronteiras (Ribeiro *apud* Álvares, Narita e Rodrigues, 2023, p. 93).

Na tentativa de medir esforços para combater e impedir a internacionalização da Amazônia pelos países ricos/desenvolvidos, o Brasil se juntou à Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname para definir um pacto geral de declaração entre as partes que não teria sujeição e obrigações. Nota-se que a Guiana Francesa - território ultramarino da França - ficou de fora do tratado por ser justamente um dos motivos da própria criação do tratado, pois a França seria um dos países que têm tentado exercer influência sobre a região.

A Política Nacional de Defesa - PND compreende que no âmbito internacional, o mundo tem cada vez mais partindo para um conflito por recursos e “que nos últimos anos tem crescido o espectro do conflito estratégico militar entre as maiores potências e ressurgido a competição pela supremacia global”. Sendo a “América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e os países africanos lindeiros ao Atlântico Sul” as

principais regiões com recursos, acredita-se que estas sejam áreas de relevante interesse mundial. A PND ainda caracteriza a configuração do cenário internacional com “assimetrias de poder” e que esta tem fomentado conflitos étnicos e religiosos, permitindo assim o surgimento de grupos terroristas e criminosos bem equipados, podendo até mesmo estarem próximos do emprego de armas nucleares. Fundamenta também que a rivalidade entre estados têm forçado o incremento nos gastos militares e ainda aborda a crescente averiguação de crimes ambientais, pesca predatória e presença de países que não fazem parte da África e América na região do Atlântico Sul.

A PND também fixa os Objetivos Nacionais de Defesa como a garantia da soberania, patrimônio e território nacional; assegurar a capacidade das Forças Armadas na sua missão constitucional; promover os avanços tecnológicos em matérias de defesa; preservar a coesão e unidade nacional; salvaguardar as pessoas, os bens e os interesses brasileiros no exterior; ampliar a participação brasileira em matéria de defesa nacional; contribuir para a estabilidade regional e segurança internacional; e fortalecer a influência brasileira perante o mundo e os órgãos transnacionais.

A Estratégia Nacional de Defesa delimita ações, ou seja, o meio pelo qual a PND alcançará seus objetivos. Dentre os principais pontos do documento, podemos citar o fortalecimento de áreas que vão da tecnologia e ciências à capacitação de recursos humanos, porém todos os pontos passam por um ponto crucial que seria a regularidade orçamentária e o fortalecimento da Base Industrial de Defesa - empresas que fornecem os materiais necessários para a atuação das forças armadas que vão de armas e equipamentos e suprimentos e apoio técnico civil.

### **3. ISOLACIONISMO NO GOVERNO BOLSONARO**

Como pudemos analisar anteriormente, o isolamento político nada mais é que o ato de tornar um país, governo ou pessoa isolada no cenário político. Também analisamos usando os exemplos dos americanos antes da Segunda Guerra Mundial que o ato de se isolar nem sempre é imposto por terceiros mas também pode ser um posicionamento próprio da nação e vimos com o exemplo do governo de Donald Trump, do século seguinte, que o isolacionismo pode ser próprio ou imposto, direcionado a certa matéria ou geral, sendo essa postura também adotada por

Bolsonaro.

Considerando o acima pontuado, podemos argumentar que o posicionamento brasileiro do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, se manteve à sombra de Donald Trump nas decisões internacionais. O Brasil não apenas viveu um período de isolamento por parte da pandemia de COVID-19 mas também por causa de declarações consideradas de cunho ideológico por parte de Bolsonaro.

É mister ressaltar que a economia brasileira está longe de ser comparável a dos Estados Unidos e que por tanto não teria força para “duelar” economicamente com outras nações mais desenvolvidas como os estadunidenses têm feito face ao exponencial crescimento chinês, sendo inclusive esse país o principal parceiro econômico do Brasil, com a China elevando o volume de importações e exportações ano após ano, mas que mesmo assim Bolsonaro buscou estabelecer os americanos como os guias em matéria de política externa brasileira e seguiu os passos destes principalmente em órgãos e fóruns internacionais.

Em relação à postura de Bolsonaro, Gonçalves e Teixeira (2020, p. 192) classifica a atuação de Bolsonaro como uma “inérita direção de política externa, nunca antes vista em qualquer parte do mundo”. E este continua com uma dura crítica ao então ministro de relações exteriores do Brasil, Sr. Ernesto Araújo, quando questiona se o trabalho deste frente ao órgão poderia ser classificado como política externa.

Não há como ter boas relações internacionais, sejam bilaterais ou multilaterais, sem que exista algum ponto em comum entre as partes. Com os países europeus, principalmente aqueles membros da União Europeia, adotando cada vez mais uma política progressista, o rumo que o Brasil tomou naquele momento afastou a política externa brasileira dos demais países.

Importante lembrar que nesse ano em que Bolsonaro assumiu, o presidente dos Estados Unidos da América era Trump que detinha uma política externa bem parecida com a do mandatário brasileiro e isso permitiu um alinhamento profundo entre eles ao mesmo tempo em que criou inimizade com os mesmos desafetos do líder americano, uma vez que ambos combatiam o globalismo, como por exemplo Emmanuel Macron que desejava aumentar a influência francesa na região sul-americana mas que enfrentava a resistência dos países da América do Sul, somando-se a isso a saída dos americanos do Acordo de Paris. Isso criou uma tensão francesa com o Brasil pois se temia que Bolsonaro seguisse o

posicionamento de Trump, o que não se concretizou.

Ainda conforme Gonçalves e Teixeira (2020, p. 197), o chanceler Araújo chegou a conceituar o que seria o globalismo no seu entendimento como o momento em que o vazio deixado por Deus, a fé cristã e os valores judaico-cristãos é ocupado por fisiologismo, comunismo e gramscismo. Assim, toda e qualquer nação que tivesse seus líderes guiados por essas ideias, estariam em discordância com o entendimento brasileiro. E de fato, o Brasil fortaleceu laços com estados que eram guiados por meio da religião e conservadorismo, como por exemplo Israel, sendo Bolsonaro muito próximo de Benjamin Netanyahu.

Podemos verificar que o Brasil continuou a manter as relações comerciais já existentes mas se afastando ideologicamente e politicamente apesar de não ter sofrido qualquer sanção internacional, bem como fortaleceu laços com os estados com consonância de ideias. Considerando o momento de isolamento mundial em virtude da pandemia de coronavírus, podemos classificar que a política externa brasileira buscou selecionar seus relacionamentos de forma ideológica, pois ao mesmo tempo em que cortou relações com certas nações, como a Venezuela e Cuba, fortaleceu com outras, como Hungria, Israel, Polônia, Japão e Emirados Árabes Unidos.

Maia (2023, p. 25), que fez um estudo sobre o isolamento do próprio Presidente Bolsonaro e como esse isolamento afetou o Brasil, de onde se pode compreender que o Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo afirmou que a nação brasileira estava isolada e que inclusive classificou como uma “pária internacional”. De acordo com as palavras do ministro, “talvez seja melhor ser essa pária deixado ao relento, do lado de fora, do que ser um conviva no banquete do cinismo interesseiro dos globalistas, dos corruptos e dos semi-corruptos”. Para complementar a fala do ministro, o pesquisador Maia ainda caracteriza que o posicionamento brasileiro acaba por trazer prejuízos econômicos e políticos à nação. Verifica também que as viagens internacionais de Bolsonaro se deram no âmbito de cúpulas de organizações como G20, World Economic Forum, BRICS, CPLP, Assembleia Geral da ONU e outras e que não houve reuniões bilaterais com grandes nações como França ou Alemanha.

Aqui temos um ponto relevante. Conforme já observado, existem alguns tipos de isolamentos, sendo o americano precedente a Segunda Guerra Mundial o auto isolamento. O pai da diplomacia brasileira, Sua Excelência Barão do Rio Branco, que

liderou as relações exteriores do Brasil entre 1902-1912, adotou uma postura exatamente de não intervencionismo em outras nações, sendo este um dos pilares do isolacionismo e pacifistas, tendo esse princípio regido a academia diplomática brasileira e sido o norte para os chanceleres por muitos anos sendo inclusive parte da Carta Magna brasileira. A Constituição de República Federativa do Brasil, artigo 4º, inciso IV, estipula que nas relações internacionais o Brasil será regido pelo princípio da não-intervenção.

Por tanto, podemos apontar que o isolamento diplomático brasileiro não foi imposto como o russo, mas que qualquer isolamento traz prejuízos por mais que sejam mínimos, conforme Raymond Aron (1974). Porém, apesar disso ter acontecido durante o governo Bolsonaro, os países que boicotaram politicamente a nação brasileira nesse período — França principalmente — já eram nações que não tinham grande fluxo de comércio e que ao fazerem o boicote foram se tornando irrelevantes aos exportadores brasileiros, uma vez que somente a China já significa 30% do fluxo comercial brasileiro. Enquanto alguns países isolavam o Brasil, outros aumentavam o fluxo, o que gerou um equilíbrio.

### **3.1. Ápice do isolacionismo: O alinhamento diplomático com os EUA**

Conforme Gonçalves e Teixeira (2020, p. 193), o presidente Bolsonaro tinha distinta admiração pela trajetória do presidente Trump, tendo forte interesse em ser reconhecido como aliado próximo deste. Já conforme Lima e Albuquerque (2019, p. 18), com o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, então filho de Bolsonaro, atuando como um chanceler informal, rotineiramente mantendo contato com o próprio Trump ou aliados políticos do americano, foi-se construindo uma boa relação entre os grupos políticos e isso permitiu a Bolsonaro manter uma ligação muito próxima destes.

Enquanto Donald Trump tem como seu “guru” ou ideólogo Steve Bannon, Jair Bolsonaro já tem como ideólogo o Prof. Olavo de Carvalho. Essa proximidade ideológica foram basilares no relacionamento entre ambos, ao passo que a base ideológica brasileira influenciava a americana e vice-versa. Isso levou ambos os presidentes a assumirem posicionamentos em conjunto como mudar as embaixadas de seus países de Tel Aviv para Jerusalém.

Conforme atesta Guimarães (2022, p. 370), a origem do pensamento Olavista

se dá pelo tradicionalismo, sendo o mesmo de Steve Bannon, porém divergindo de Bannon enquanto este segue a linha do tradicionalismo quénoniano-evoliano, Olavo diverge desse tradicionalismo no ponto em que acredita que o eixo teórico deve ser um cristianismo ultraconservador sem esoterismo, ou seja, a tradição judaico-cristã. Contrapondo isso, a doutrina de Bannon que é oriunda do francês René Guénon e do italiano Julius Evola acredita que o tradicionalismo seria tudo aquilo que é perene, independente do cristianismo.

No entanto, as direitas brasileira e americana convergem na oposição ao ensino da teoria da evolução e da ciência em geral nas escolas, oposição da agenda LGBT, do aborto, dos contraceptivos, e a tudo que diz respeito ao que classificam como um comunismo sem Deus (Conger e Lugg *apud* Guimarães, 2022, p. 371). Foram posicionamentos como este que fizeram Bolsonaro se isolar politicamente, praticamente restringindo seus relacionamentos diplomáticos com países que adotassem as mesmas pautas.

Apesar das diferenças, que como demonstrado eram mínimas, ambos conseguiram manter um bom relacionamento comercial e Donald Trump ajudou Bolsonaro em relação às políticas internacionais, apoiando a classificação do Brasil como um aliado extra-NATO. Conforme o Cel. Oly Hastenpflug Neto (2020, p. 19), com a admissão do Brasil como aliado, no dia 31 de julho de 2019, era esperado que não apenas o Exército Brasileiro mas também a indústria bélica nacional conseguisse tirar proveito do novo status. Com isso, o incentivo de Donald Trump em colocar o Brasil como um aliado estratégico extra-NATO (chamada no Brasil por OTAN), permitiu aos sul americanos a chance de adquirir certos armamentos que antes não haviam acesso e expandir as vendas de material bélico, como também, um maior intercâmbio de informações, táticas e estudos militares entre as forças armadas dos dois países, elevando o know-how brasileiro.

Por outro lado, afirma Dantas (2020, p. 28) que o Brasil aboliu a exigência de vistos para americanos visitarem-lo, afastando o princípio de reciprocidade que por muitos anos norteou a academia diplomática brasileira. Não apenas aos americanos mas aos australianos, japoneses e canadenses. Pelo menos desde a década de 1950 o setor do turismo brasileiro exigia tal isenção mas que era sempre barrada justamente pelo princípio da reciprocidade. Importante apontar aqui que o principal beneficiado seria justamente o Brasil e não os americanos, uma vez que o turismo brasileiro iria começar a competir com Argentina, Chile e México pelo mercado

norte-americano.

Em questões de políticas externas relacionadas à América do Sul, os presidentes Bolsonaro e Donald Trump trabalharam juntos na questão da Venezuela. Argumentando enfaticamente contra o ditador venezuelano bolivariano Nicolás Maduro e forçando um rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela, o presidente Bolsonaro se manteve alinhado a Trump no combate ao bolivarianismo e atuou de forma geopolítica como uma força de apoio ao principal opositor do ditador venezuelano, Juan Guaidó, que se manteve forte até a derrota de Trump nas eleições de 2020. Mister pontuar que de acordo com Gonçalves & Teixeira (2020, p. 197) foi inclusive levantada a possibilidade de invasão militar pelos americanos com apoio brasileiro - o que jamais ocorreu.

Gonçalves e Teixeira (2020, p. 202) demonstram que a balança da relação foi bem mais favorável aos norte-americanos que aos sul-americanos. Por um lado, o Brasil isentaria os americanos do visto e cederiam a base de lançamentos de foguetes em Alcântara-MA, enquanto os americanos se comprometeram em classificar o Brasil extra-NATO e apoiaram o ingresso brasileiro na OCDE. Em se tratando de comércio, foi totalmente favorável ao norte, pois Bolsonaro zera impostos e facilita a importação de produtos americanos no mercado brasileiro, como para games - sendo os americanos os maiores produtores deste tipo de software - enquanto que os americanos barravam a importação do aço brasileiro, sob o pretexto de que os brasileiros estavam artificialmente barateando o Real (BRL) para que pudessem vender mais, o que tornaria a produção própria dos americanos bem mais cara e transformaria o aço brasileiro mais atrativo.

Importante esclarecer também que o fluxo de exportações do Brasil para os EUA aumentaram significativamente. Ainda segundo o Boletim Informativo Brasil-Estados Unidos de janeiro de 2020 (MRE *apud* Gonçalves e Teixeira, 2020, p. 203) as exportações do Brasil para os Estados Unidos foram do total de 13,2% do de todas as exportações brasileiras enquanto 17% das importações brasileiras vieram dos EUA, representando um fluxo de US\$ 59,8 bilhões.

Desta forma podemos observar que o presidente Bolsonaro manteve uma linha política mais alinhada ao Donald Trump no início de seu mandato e que buscava maneiras de se afastar de outros países com ideologias contrárias a sua mantendo um nível pragmático mais voltado pelas circunstâncias e influenciadores internos do que por sua própria vontade. Em uma postura pragmática que veremos a

seguir, podemos verificar uma certa mudança de postura que abandonou essa linha ideológica e se apresentou mais pragmático, pois não havia mais os Estados Unidos lhe apoiando. Não havendo mais seu principal parceiro, o Brasil de Bolsonaro teve que tomar as decisões baseadas somente em si e sem considerar mais a “vontade” americana. Manter a postura ideológica só manteria Bolsonaro mais isolado.

### **3.2. O relacionamento internacional brasileiro com outros países além dos Estados Unidos durante os anos 2019-2020**

Com o chefe de estado brasileiro assumindo a postura de se aproximar de líderes conservadores antes mesmo de assumir a presidência, alguns relacionamentos foram se afinando, como por exemplo Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel. Essa aproximação não se deu apenas por causa da liderança conservadora, mas considerando a própria base política de Bolsonaro que é formada também por evangélicos que defendem fortemente a manutenção do Estado de Israel, o que por si só já alinharia o Brasil aos interesses israelitas.

Com a aproximação brasileira da política externa americana e Donald Trump prometendo mover a sede da embaixada americana em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, o presidente Bolsonaro também afirmou que adotaria a mesma medida. Isso foi muito bem recepcionado por sua base evangélica liderada por Silas Malafaia, mas conforme Saraiva e Silva (2019, p. 124), isso rapidamente gerou impacto no mundo Árabe com o Egito, tendo cancelado uma missão brasileira que iria ao país e não a remarcando novamente. Do lado Israelita esse pronunciamento aproximou os dois líderes levando uma missão brasileira a Israel e fomentando a abertura de um escritório comercial do Brasil em Jerusalém.

Focando na defesa do agronegócio e tentando mitigar o afastamento árabe, a ex-ministra Tereza Cristina marcou uma reunião com embaixadores dos países árabes pois, de acordo com Saraiva e Silva (2019, p. 124), naquela altura, as exportações brasileiras para os países do Oriente Médio representavam uma significativa parcela do mercado brasileiro e o afastamento destes só poderiam trazer prejuízos.

Avalia Gomes (2021) que o governo brasileiro deu prioridade aos mercados desenvolvidos e industrializados do norte global às custas do relacionamento de países do continente africano e oriental, mas em 2019 a missão brasileira visitou o

Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, enquanto na oportunidade foi apresentado oportunidades de investimento no Brasil aos árabes, a busca pela dilatação das transações comerciais voltadas ao agronegócio e indústria bélica nacional. Com o Irã, o Brasil manteve suas relações comerciais, uma vez que este era um dos maiores importadores do milho brasileiro e carnes. Em relação a Arábia Saudita, o presidente Bolsonaro buscou o fundo soberano dos árabes para investimentos na ordem de US\$ 10 bilhões, uma vez que este é um dos dez maiores do mundo.

No caso da América Latina o presidente Bolsonaro adotou uma postura de irrelevância. Como já argumentado, a política externa brasileira se voltou para o norte global e economias de grande porte o que seria o inverso daquilo que a América Latina oferecia. Enquanto temos Venezuela com uma ditadura bolivariana, a Argentina em uma forte crise econômica e a Bolívia indo para uma ditadura “branca” (já seria o quarto mandato de Evo Morales), o continente sulamericano não teria força para suprir o anseio brasileiro de aumentar suas exportações. Conforme Maringoni (2021, p. 155), o Ministro da Economia Paulo Guedes havia afirmado em entrevista que o Mercado Comum do Sul - Mercosul não era uma prioridade para o Brasil, já Bolsonaro teria criticado fortemente o programa Mais Médicos criado por Dilma Rousseff afirmando que o programa teria trazido guerrilheiros da ditadura cubana.

No segundo mês de mandato, Bolsonaro teria se unido ao Grupo de Lima - grupo formado por líderes que se opuseram à ditadura de Nicolás Maduro, EUA e Colômbia para articularem uma maneira de restabelecer a democracia, combater a fome e o crime organizado que já estavam causando impacto ao Brasil e Colômbia. Ainda acrescenta Maringoni (2021, p.156) que os meios adotados foram o apoio a Juan Guaidó e uma tentativa de remoção do ditador venezuelano à força que não logrou resultado.

Entre outros casos, Maringoni (2021, pp. 156-157) cita o imbróglio criado com Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile, quando a acusou de ingerência indevida em resposta a declaração de que o espaço democrático no Brasil para a defesa dos Direitos Humanos havia sido reduzido e também criticou o pai de Bachelet, o General Salvador Allende que foi morto pelo General Augusto Pinochet que o próprio Bolsonaro já havia “rasgado” elogios em outros momentos.

Por tanto, verificou-se neste período um momento de isolamento político. Ao

tempo em que defendia seus ideais ideológicos, se afastava politicamente de países que não defendiam os seus mesmos ideais e buscava se aproximar de países alinhados ideologicamente, ou seja, de grupos, organizações e nações que defendiam os princípios judaico-cristãos.

## **4 PRAGMATISMO NO GOVERNO BOLSONARO**

### **4.1. A mudança para a postura pragmática**

Com a derrota de Donald Trump e a vitória de Joe Biden para a presidência dos Estados Unidos da América, o farol da política externa brasileira se apagou e forçou o Brasil a adotar uma nova postura internacional. Ainda mantendo uma linha ideológica com os relacionamentos já construídos, Bolsonaro substituiu o Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo que seria um dos principais atores da ala ideológica, sendo inclusive indicado pelo Prof. Olavo de Carvalho.

Com o Ministro Carlos França, um diplomata de carreira com elevado conceito e respeito da comunidade diplomática, o governo brasileiro buscou proximidade com países que antes ele havia esfriado o relacionamento em virtude da visão ideológica, como a China. Com isso, podemos mostrar a importância que se começou a dar ao BRICS. Este é o marco da virada de chave da política externa brasileira durante o período de Bolsonaro. O que antes era espaço para a ideologia, se tornou pragmatismo.

De acordo com Saraiva e Silva (2019, p. 122), a ala pragmática do governo já vinha tentando remediar as ações praticadas durante o período ideológico. A ex-ministra Tereza Cristina, por exemplo, tratou logo de se reunir com os árabes após Bolsonaro declarar que iria mudar a embaixada do Brasil para Jerusalém, com a ala ideológica elogiando a ideia que havia sido cogitada primeiramente por Donald Trump e seguida por Bolsonaro. Esse mercado seria relevante para o setor agropecuário brasileiro, sendo a Arábia Saudita uma das maiores importadoras de carnes do Brasil.

Com o posicionamento ideológico e duras críticas por parte de sua base aliada à China, o BRICS teve uma reunião durante o G20 sem a presença do Brasil. Observando isso, o vice-presidente Mourão foi à China, considerando que este é o principal parceiro comercial, e quando retornou declarou que o Brasil poderia tirar

proveito da guerra comercial entre americanos e chineses e não deveria impedir a Huawei em território brasileiro. Essa visita rendeu fortes críticas da ala olavista.

#### **4.2 As dificuldades russas e o papel do BRICS na estratégia de contra-sanções russas**

Avalia Adam (2022, p. 18) que o principal objetivo de Vladimir Putin seria tornar a Rússia uma grande potência novamente e, para isso, ele define uma política externa russa que busca chegar a esse objetivo com pragmatismo, eurasianismo, geoeconomia e multipolaridade. Considerando a posição geográfica da Rússia, o eurasianismo seria marcante, pois esta ideia do campo geopolítico colocaria os russos como o principal país da Eurásia, uma vez que o território russo se estende da Europa até a Ásia.

Adam ainda pontua que de todos os conceitos de política externa publicizados pelo Kremlin, a expansão da NATO para o leste europeu seria a principal ameaça contra a nação russa. Estamos falando aqui de um entendimento que vem sendo divulgado desde o ano 2000. De uma análise de nível sistêmico, o principal opositor seriam os Estados Unidos que não desejam perder sua hegemonia para os russos – ou voltar a um cenário da Guerra Fria – e começou a tomar ações contra o plano russo. Para isso, a NATO começou a expandir seu território e agregou mais países ao leste da Europa. Isso levou o teor das manifestações contra esse avanço e sobre as reais intenções das potências ocidentais - lê-se aqui Estados Unidos - a crescer com o passar dos anos e em 2007 o discurso de Putin em Munique, na Alemanha, foi incisivo contra a NATO. Este indagou acerca das intenções da organização e relembrou o Pacto de Varsóvia, argumentando que os países ocidentais não estavam respeitando as cláusulas firmadas, o que consequentemente fomentaria uma desconfiança pelo lado russo.

Observando que após o “ultimato” russo, os países da NATO continuaram a tentar expandir a organização, restaram algumas opções ao líder russo dentre as quais seria buscar fortalecer os laços com aqueles países e coagir os líderes destes a não se aproximarem do ocidente, porém de um ponto de vista pragmático, para essas nações seriam muito mais vantajoso se aproximar do ocidente do que da Rússia, pois teriam acesso à tecnologia militar superior, mercado comercial mais vantajoso e a própria segurança que a NATO traria. Assim, não tendo outra opção, os

russos preferiram sair do campo diplomático e iniciar uma movimentação militar em 2008 na guerra russa-georgiana após a Cúpula de Bucareste da NATO onde ocorreu o debate acerca da inclusão da Ucrânia e Geórgia na organização, o que impediu essas nações de entrarem na organização naquele momento.

Conforme as considerações de Sakwa (*apud* Adam, 2018, p. 18-19), podemos identificar que o principal opositor russo para os planos do eurasianismo seriam os Estados Unidos, uma vez que os países europeus estavam divididos no tocante a aproximação russa. A parte atlântica era contrária aos russos e mais próxima aos americanos, enquanto o restante era favorável à Rússia. Isso fez com que Vladimir Putin acreditasse na possibilidade de, com o tempo, se aproximar dos europeus. Em 2011, o líder russo deixou clara a vontade de fazer do espaço entre Lisboa e Vladivostok um espaço de comércio, integração e cooperação, e citou a União Eurasiana como parte desse processo de aproximação com a União Europeia.

Putin ansiava fazer da Rússia o *link* entre Ásia e Europa, os dois lados mais industrializados da Eurásia. Enquanto o território russo serviria de conexão entre os continentes e teria a maior rota comercial do mundo por via territoriais, a pátria de Putin ainda seria uma das principais fornecedoras de materiais primários. De uma análise geopolítica o plano é excelente, pois além da Rússia fornecer a matéria prima para as fábricas chinesas que vendem seus produtos para os europeus, eles ainda seriam responsáveis pelo produto chegar no destino. Além do frete da Rússia-China, ainda teria o frete China-Europa, o que geraria lucro duplo.

Analisando com mais afinco o projeto eurasiático de Putin, podemos observar que esse plano – e conseqüentemente a política externa - tinha objetivos traçados não explícitos. Tais objetivos geram como conseqüência: I - a criação do cenário de indispensabilidade russa da cadeia de produção; II - balanceamento da política externa russa entre os eixos leste e oeste; e III - o afastamento da influência dos Estados Unidos (Adam, 2022, p. 19). Com isso, era esperado que a influência russa fosse majorada e conseqüentemente as ameaças da NATO seriam reduzidas através da cooperação. Podemos comparar essa ideia com o que vem ocorrendo com a América do Sul e o Conselho de Defesa Sulamericano que vem impedindo conflitos entre países da região por meio da cooperação entre as nações.

Do lado americano, essa proposta deveria ser evitada por, obviamente, acarretar a diminuição da influência americana nos países desse eixo Berlim-Moscovo-Pequim e conseqüentemente a perda dos dois principais fatores que

sempre são defendidos em uma política externa: Força e sobrevivência.

Já em 2013, a Ucrânia não assinou o *Association Agreement* com a União Europeia e o seu presidente Viktor Yanukovich sinalizou uma aproximação com a Rússia. Isso gerou uma revolta na Ucrânia, o que forçou o presidente ucraniano a deixar o país e um grupo radical pró-Europa assumiu o poder (Adam, 2022, p. 19). Observando que suas opções diplomáticas foram sendo mitigadas, Putin foi mais agressivo e empregando a retórica de “esforço” russo para defender seus compatriotas na Criméia, acabou por anexar a região ao Estado russo, realizando um plebiscito em tempo recorde que apoiou a anexação da Criméia aos russos (Tsygankov *apud* Adam, 2022, p. 19).

Desta forma podemos afirmar que a União Eurasiana, então, seria um resumo ou mistura dos principais pontos e objetivos da política externa delimitada por Vladimir Putin. De uma análise de nível nacional, o setor primário russo com destaque para os produtores de petróleo e gás eram aqueles que mais influenciavam suas decisões do ponto de vista econômico, o que deu destaque a geo-economia de recursos primários e energia. Somando-se isso à multipolaridade no campo internacional, a ideia de Eurásia unida através do território russo com uma Rússia influente e de destaque no cenário mundial temos os objetivos eurásianos.

Se Vladimir Putin tivesse sido capaz de executar o seu plano, talvez hoje a Rússia seria o país mais influente do mundo e com certeza isso vai de encontro aos americanos que têm minado a estratégia de Putin e deixado a Rússia sem melhores opções de escolha, o que certamente forçou os russos a invadirem a Ucrânia, até porque era sabido que se esse conflito iniciasse as chances da Eurásia russa dar certo ficaria distante pois os europeus se posicionaram contrários à invasão, aplicaram sanções econômicas e se distanciaram politicamente.

De acordo com Adam (2022, p. 21), a Guerra da Ucrânia trouxe diversos impactos na economia russa e forçou Vladimir Putin a abandonar - talvez por um momento - o plano de integração da Europa com a Ásia, desbalanceando a diplomacia russa a ponto de fortalecer ainda mais os laços com a China para compensar o mercado europeu perdido devido às sanções comerciais. Para além disso, a Suécia e Finlândia entrando na NATO só encurrala ainda mais os russos, pois a fronteira com os países-membros dessa organização agora mais que duplicou e obriga um esforço militar ainda maior para impedir um ataque a solo russo. Isso demonstra que os Estados Unidos saíram em vantagem do conflito sem mesmo ter

participado ativamente.

#### 4.2.1. A defesa do interesse econômico russo e as contra-sanções

De acordo com Bezerra (2020, p. 204), a economia russa após a URSS passou por uma depressão econômica movida por ameaças de separação e jogos políticos. Com o fim do período soviético, os personagens do antigo regime acabaram por se tornarem donos de diversas empresas e assumiram papel de destaque na economia russa, gerando assim as chamadas oligarquias. Com tanto poder concentrado nas mãos de poucos, estes foram capazes de influenciar os rumos da política externa russa por muitos anos, tornando confuso os interesses nacionais e pessoais, o que lhes permitiu concentrar grande riqueza. Bezerra ainda acrescenta que a forma com que as reformas neoliberais foram introduzidas permitiu a proliferação da corrupção e deu favoritismo a empresas lideradas por ex-soviéticos gerando assim um capitalismo de fachada.

Não bastasse o frágil capitalismo construído na Rússia, a crise financeira que atingiu a Ásia em 1998 conduziu os russos para mais dificuldades, fazendo com que a sua economia sofresse uma forte redução que gerou inclusive o desabastecimento de comida em certas regiões do país. Em julho de 1998 um rublo valia 0.16 USD enquanto que no mês de dezembro esse mesmo rublo valia apenas 0.04 USD, o que representa uma redução de 75% do valor monetário (Trading Economics *apud* Bezerra, 2020, p. 205).

Esse cenário só veio a ter alterações com a chegada de Vladimir Putin ao poder no ano 2000, iniciando uma nova política econômica russa. Observando que a força nacional seriam os recursos naturais, principalmente petróleo e gás, Putin procedeu a nível nacional com a estatização de empresas antes privatizadas, como a GazProm. Essas empresas do setor energético garantiram uma mudança na situação russa para melhor e se apresentaram como as principais locomotoras desse crescimento econômico (Adam *apud* Bezerra, 2020, p. 206).

As estatizações visavam manter o controle dessa parte da economia russa, uma vez que já era vislumbrada a nível sistêmico (internacional) a necessidade por parte dos chineses e europeus de matéria prima para fomentar a atividade de suas indústrias e garantir o fornecimento de energia elétrica. Isso fez da Rússia a segunda maior exportadora de gás natural do mundo e a colocou como uma das principais

exportadoras de commodities.

Com uma economia melhor estruturada, os russos ainda contaram com a valorização do preço do barril de petróleo, que saiu de 30 USD em 2001 para 100 USD em 2008 (FMI *apud* Bezerra, 2020, p. 206). Isso era o que faltava para garantir o sucesso econômico por parte de Vladimir Putin. Desde então, a economia russa vem se baseando no petróleo a ponto de que verificada alguma crise no mercado do petróleo, o governo russo inicia reformas econômicas que são suspensas tão logo verificado a melhora do mercado.

Por um lado, enquanto a economia russa vem apresentando melhoras, pelo espectro político as liberdades vão sendo ameaçadas. Friedman (*apud* Bezerra, 2020, p. 206) acredita que existe uma correlação da economia com o lado político e afirma que quanto melhor a economia maior será a perseguição a oponentes e caçadas as liberdades individuais, a imprensa livre, eleições justas, o Estado de Direito e a autonomia dos partidos políticos.

Putin também buscou diversificar sua economia pois esta estava a mercê do mercado de petróleo e qualquer crise mundial poderia comprometer o Estado russo. Buscando diversificar sua economia e proteger a força russa, o Kremlin tem investido na indústria da defesa, esta que foi tão forte durante o período soviético tão importante para garantir a sobrevivência do regime comunista agora ganhara novamente sua relevância durante o governo de Putin (Bezerra, 2020, p. 207).

Podemos notar que o investimento tem sido convertido em ações militares como na Guerra da Geórgia e Guerra da Ucrânia, ações essas empregadas na égide da política externa russa que buscava forçar o cumprimento do acordo pactuado após a queda da URSS que delimitava um distanciamento ocidental do leste europeu.

Com a Guerra da Ucrânia de 2014, muitas sanções foram impostas pelo ocidente ao mercado russo, o que forçou os russos a tomarem ação internamente. A ação russa conseguiu mitigar as sanções americanas e ocidentais a ponto de terem passado longe do efeito desejado. De acordo com Connolly (2018), os tomadores de decisões russos conseguiram traçar ações internas que compensaram as sanções substituindo os produtos importados pelo incentivo da produção desse produto dentro da Rússia, principalmente o setor agrícola.

O que Connolly classifica como contra-sanções russas se baseia em 3 pilares. A primeira seria a securitização de áreas estratégicas para a economia russa. A

segunda seria o esforço para conseguir substituir a importação de um produto para sua produção em indústria nacional. E a terceira seria o esforço russo para se manter próximo a países fora do eixo ocidental, como a China, Irã e Índia. As sanções se voltaram para três áreas principais, sendo a indústria energética, a indústria de defesa e o sistema financeiro russo.

Com as sanções, a indústria energética russa sofreu grandes perdas e aumentou os seus custos, principalmente nos primeiros meses, mas o esforço russo foi capaz de reverter o quadro e a longo prazo conseguiram atenuar os impactos das sanções. Empregando de sua diplomacia com o apoio do setor financeiro e institucional, os russos conseguiram se aproximar mais ainda do mercado asiático e eficientemente garantiram os acessos necessários às tecnologias para renovar e ampliar sua infraestrutura energética e reafirmar sua capacidade de produção, principalmente do petróleo, reorganizando o sistema energético para não depender mais de empresas ocidentais, principalmente daquelas que eram joint-ventures com sedes no exterior (Connolly, 2018). Após alguns anos, a Rússia pode retornar ao planejamento realizado antes das sanções para o setor energético.

A indústria de defesa russa é um dos pontos mais fortes da Rússia historicamente. A capacidade de produzir todo tipo de armamento com diversidade de tecnologia, permite ao exército russo uma capacidade operacional que por muitos anos pode rivalizar com grandes potências como os Estados Unidos da América. No bojo de sanções estadunidenses contra a Rússia diversos equipamentos, tecnologia e até produtos que não seriam necessariamente militares mas que pudesse ter serventia militar foram sancionados (Collonny, 2018). A solução encontrada pelos russos foi a mesma da indústria energética, a citar, a russificação da cadeia de produção e aquilo que não poderia ser feito em território nacional deveria ser importado pela diversificação de mercado que no final se voltou para a China e Oriente Médio. Por fim, as sanções também tiveram seus impactos significativos no início a ponto de atrapalhar o plano russo de modernização de suas forças armadas, mas com as contra-sanções o plano iniciado em 2010 teve sua continuidade posteriormente.

Em relação ao setor financeiro, conforme alega Collonny (2018), as sanções impediram a Rússia de acessar o capital privado que estava no exterior. Contrapondo isso a se adaptando à nova realidade, os russos passaram a diversificar as conexões com os outros sistemas financeiros, uma vez que ao tentar buscar a integração no

plano da Eurásia, o sistema financeiro russo se aproximou mais do ocidente, como por exemplo o SWIFT. Para driblar as sanções, os russos passaram a adotar um sistema mais voltado para a própria Rússia. Com o intuito de evitar a falta do capital que estava no estrangeiro, os russos passaram a sustentar esse vácuo com o dinheiro oriundo do próprio governo que agiu como um tampão. Além disso, foram buscadas novas fontes de capital estrangeiro em outras regiões do mundo. Vale acrescentar que com essa manobra, o Estado aumentou sua influência sobre o sistema bancário russo. Isso fez com que o sistema bancário ficasse imune ou, pelo menos, menos suscetível de sofrer impactos do estrangeiro, ficando mais robusto.

Desta forma, podemos caracterizar a estratégia russa de defesa contra sanções como um investimento maciço do estado somadas ao incentivo de desenvolvimento da independência com sistemas próprios que geram menos dependência de agentes estrangeiros e uma diplomacia forte e eficiente que consiga diversificar os capitais estrangeiro junto a flexibilização dos relacionamentos com o ocidente e buscando outros centros financeiros. Por isso a importância do BRICS, pois com eles a Rússia pode sair do eixo EUA-Europa.

#### *4.2.2. O BRICS como apoio da Rússia*

Com a publicação do artigo *Building Better Economic Bric* de Jim O'Neil, ao fazer projeções para o Goldman Sachs Bank ainda em 2001, os países citados puderam perceber a força que teriam se pudessem se unir. Tudo não passou de questões acadêmicas e midiáticas mas que pode ser observado o crescimento exponencial dos países futuros membros do BRIC, com destaque para a China e a Índia. De acordo com Thudium (2023, p. 78), foi depois da crise financeira de 2008 que os países resolveram unir forças e buscar diminuir a dependência dos norte-americanos.

A agenda multilateral do BRIC passou a ser articulada anualmente pelos ministros de relações exteriores dos países-membros. Assim o Brasil, Rússia, Índia e China divulgaram a primeira carta conjunta após a I Cúpula do BRIC e destacaram que os países-membros se prontificavam em defender o multilateralismo, a supremacia do direito internacional como defensor da paz e uma reforma da Organização das Nações Unidas - ONU e seu Conselho de Segurança.

De acordo com Thudium (2023, p. 80), foi somente no ano de 2011 que

ocorreu o ingresso da África do Sul. Thudium destaca que a economia sul-africana está a certa distância dos demais países-membros mas que a sua presença é estratégica uma vez que insere um membro africano no grupo e dá força ao chamado sul global, contrapondo o chamado norte global onde estão as maiores economias do mundo atualmente. Desta forma, o agora chamado BRICS passou de uma questão acadêmica para um grupo informal internacional que deu poder aos países- membros e se tornou em um grupo que trata de outras questões além dos assuntos financeiros ou econômicos.

Com a Guerra da Ucrânia se iniciando ainda em 2014 com a tomada da Crimeia por parte da Rússia, os países do eixo Estados Unidos-União Europeia aplicaram diversas sanções econômicas aos russos. Estes por sua vez tomaram ações contra-sanções que implicavam a nacionalização das cadeias produtivas, apoio estatal e busca por apoio estrangeiro fora do eixo EUA-UE. Neste último ponto o BRICS teve papel crucial pois o foi o principal agrupamento que buscou dar apoio aos russos, mesmo que um apoio “branco” onde não marcaram posições contrárias nem a favor, mas economicamente serviram de base para a estratégia russa.

Thudium (2023, p. 81) indaga sobre como os membros do BRICS poderiam dar apoio aos russos sem ferir o Direito Internacional - DI, uma vez que a defesa do DI é uma prioridade para o grupo. A ONU definiu que o uso da força somente é aceito em legítima defesa ou por uma decisão do Conselho de Segurança e para isso a Rússia destacou a narrativa de que o alargamento da NATO para mais próximo de seu território (inclusão da Ucrânia) iria ameaçar a sua soberania nacional e que estaria, então, exercendo o seu direito de legítima defesa preventiva - isso lembra bastante a postura de Israel em relação aos seus vizinhos islâmicos.

Conforme Thudium (2023, p. 82), a narrativa russa defende o direito internacional, negando os ataques aos direitos humanos como também aponta para inúmeras denúncias no Tribunal Penal Internacional de que a Ucrânia atacaria civis em áreas da província separatista de Lugansk desde 2014. Para além disso, os russos aceitaram as tratativas de cessar-fogo e corredores humanitários e respeitaram as regras internacionais de engajamento do emprego.

Essa narrativa deu margem ao BRICS para fomentar um apoio aos russos com a China se destacando por ter uma expressiva necessidade do gás e petróleo russo que agora chegaria por um valor bem mais barato, como também da Índia que antes respondia 1% das exportações russas dessa commodity, e após a guerra

responde por 18% (BBC News Brasil, 2022).

Vladimir Putin inclusive declarou na reunião do Fórum de Negócios do BRICS, ocorrido no dia 19 de junho de 2022, que esses mercados (China e Índia), bem como dos demais membros do BRICS, faziam parte da estratégia russa para driblar as sanções americanas, acrescentando ainda que as dinâmicas da cooperação agrícola tem se desenvolvido “dinamicamente”.

### **4.3. Ápice do pragmatismo: O apoio brasileiro à estratégia russa**

Considerando que o Brasil tem sua economia baseada no setor primário, sendo um dos líderes de commodities como soja e carnes (Silva et al., 2020, p. 180), a necessidade por produtos que fomentem a execução do trabalho desses subsectores se faz primordial para a continuidade da operação e produtividade. Faltar fertilizante, por exemplo, acarreta ao Brasil um travamento da produção e conseqüente prejuízo não apenas para o latifundiário produtor mas também para a nação que deixará de arrecadar impostos e taxas do mercado.

Devemos colocar, então, que um dos principais interesses do Brasil seja a defesa da sua agropecuária buscando fortalecê-la e mantendo sua competitividade a nível internacional. Para isso, os governos devem investir em infraestrutura para baratear o frete que fará conseqüentemente baratear o preço final do produto, bem como garantir o fornecimento dos insumos necessários pelo setor.

Nesse ponto de vista, é natural que o Brasil se aproxime de países exportadores de fertilizantes que dentre um dos principais seria a Rússia (Vilela, 2022). Porém, a aproximação brasileira no caso russo não seria apenas por ser o principal exportador de fertilizantes mas também pelo Brasil ter uma relevância na estratégia russa de contorno das sanções que iriam ser implementadas pelo ocidente. Isso colocou o Brasil, de uma perspectiva de análise sistêmica e realista como apresentada por Jackson e Sorensen (2018), como uma nação de grande relevância para os russos.

Essa aproximação brasileira não se trata de amizade ou proximidade ideológica mas de um interesse realista russo e de uma necessidade pragmática de defesa dos interesses nacionais brasileiros, que apesar da questão ideológica oposta vinham tendo uma proximidade diplomática, o que conduziu a uma viagem de Bolsonaro à Rússia antes mesmo da Guerra da Ucrânia ter iniciado.

A necessidade russa de colocar em prática sua estratégia de contra-sanções incluía o Brasil como um dos principais parceiros que dariam a oportunidade dos russos moverem sua atenção comercial da Europa para as economias fora do eixo União Europeia-Estados Unidos, o que deu um protagonismo relevante para Brasil, Índia e China, além de Irã. A China e a Índia se destacaram pela importação do petróleo e gás russos (BBC News, 2022), enquanto Brasil pelos fertilizantes ao ponto que o Irã exportou materiais bélicos como drones de guerra (Lawati, 2022) suprimindo a demanda russa por armamento.

Do ponto de vista da Defesa, o Brasil adotou diversas medidas focando a América do Sul e o Oceano Atlântico Sul, ficando a região do conflito entre Ucrânia e Rússia totalmente fora do escopo dos brasileiros. O ponto em que Rússia e Brasil se aproximam na questão da Defesa seria a França. Enquanto Emmanuel Macron deseja ver a França no Tratado de Cooperação Amazônica, pois entende que a Guiana Francesa - território ultramarino francês - faria parte da chamada Pan Amazônia (área que engloba todos os países que detém a Floresta Amazônica), os demais países pan amazônicos não permitem a França aumentar sua influência na América do Sul pois identificam nos franceses um grande perigo à soberania dos países do sul (Denys e Parzianello, 2021, p. 18).

Do lado russo, a França tem sido um dos países que impediram a aproximação russa da União Europeia bem como foi um dos principais apoiadores da Ucrânia na guerra, o que atrapalhou o plano de criar a zona de integração e cooperação Eurasiática que se estenderia de Lisboa a Vladivostok e daria demasiada força diplomática e comercial aos russos, impedindo assim os planos de Vladimir Putin (Agência Reuters/Portal G1, 2022). Isso criou certo entendimento não-explícito por parte dos russos de que a França seria uma adversária e após uma análise realista ao nível sistêmico, é possível verificar que o dinamismo geopolítico internacional criou um ponto de entendimento entre Bolsonaro e Putin em relação a França, pois a postura francesa ia de encontro aos interesses das duas nações.

Podemos verificar isso quando os russos são acusados - através do grupo mercenário Wagner - de financiar revoltas, golpes de estado e aumentando o sentimento anti-França em países africanos que foram colônias francesas e que a França até hoje mantém influência (Hauser, 2023). Essa força advém da dependência do sistema financeiro desses países que adotaram a moeda franca para conseguir serem independentes - o que justifica a apreensão dos

sul-americanos com a Guiana Francesa (Mathias, 2022, p. 9).

Nos primeiros anos de governo de direita do Presidente Bolsonaro este adotou uma postura mais ideológica, combatendo o globalismo e buscando proteger o cristianismo, enquanto Vladimir Putin defende a Igreja Católica Ortodoxa e tem certo ufanismo pela monarquia russa, demonstrando seu lado tradicionalista, o que gera certa confusão pois ao passo que defende os Romanov, faz apologias ao comunismo de Stálin – regime consequente da derrubada dos Romanov.

Conforme observado, alguns pontos entre a Rússia de Putin e o Brasil de Bolsonaro se assemelham. O começo de tudo se dá pela base ideológica de Putin que tem como principal ideólogo Alexander Dugin, um tradicionalista, ao ponto que Bolsonaro tem como principal ideólogo o Prof. Olavo de Carvalho, também tradicionalista mas que seguiu uma linha diferente de Alexander. Ao grupo se junta Steve Bannon, ideólogo de Donald Trump (Guimarães, 2022).

Essa base doutrinária permitiu aos dois líderes chegarem a certos entendimentos sobre alguns assuntos. Além disso, o fato de Joe Biden ter vencido a eleição americana, o que gerou um afastamento por parte de Bolsonaro dos americanos, deu “independência” ao Brasil para assumir suas próprias posições no cenário internacional. Isso forçou e permitiu o presidente Bolsonaro a mudar sua postura de uma vertente mais ideológica para pragmática.

Com o entendimento pragmático brasileiro, o BRICS se tornou o principal grupo a ser buscado para estreitar laços, o que deu continuidade ao pragmatismo de governos passados. A diferença da política externa pragmatista se dá na importância e valorização dada pelo Presidente Bolsonaro às indústrias nacionais, o que acabou por se assemelhar à mesma postura russa de 2014 e que foi novamente posta em prática durante a II Guerra da Ucrânia (Connolly, 2023).

Desta forma, certos interesses defendidos por Vladimir Putin se assemelhavam ao de Bolsonaro. Entre os principais seriam pontos podemos citar: I - Interesse por parte da Rússia em continuar a exportar seus produtos para outros países, enquanto o de Bolsonaro era o de continuar a importar o fertilizante russo; II - Driblar o isolamento imposto pelo eixo EUA-UE, isolamento esse imposto pelo globalistas aos russos pela Guerra da Ucrânia, sendo estes os mesmos globalistas que isolaram Bolsonaro por sua ideologia e questões da amazônia; III - Brasil procurava se defender diplomaticamente da França globalista de Emmanuel Macron, enquanto os russos buscavam enfraquecer a União Europeia para que esta deixasse

de financiar a Ucrânia na guerra e iniciaram o enfraquecimento do domínio francês na África. Com a França mais frágil por conta da questão africana, força de certa maneira a serem mais cautelosos com os sul americanos, o que favorece o Brasil; IV - Dar força às mudanças que são propagadas pelo BRICS, o que fortaleceria a candidatura brasileira a membro permanente da ONU; e V - Conquistar a independência mercadológica do eixo globalista EUA-UE.

Acredita-se que a decisão de Bolsonaro se aproximar de Putin foi correta, uma vez que sua escolha, além de se basear no pragmatismo, teria mais eficácia que as outras soluções, apresentando o maior número de benefícios ao passo que tinha menos riscos. Se o presidente brasileiro optasse por produzir seu próprio fertilizante, por exemplo, demoraria um tempo que o setor agropecuário brasileiro não poderia esperar pois depende das estações do ano para colher e a falta de fertilizante no momento correto pode acarretar a perda de boa parte da produção.

A decisão pragmática também considerou a facilidade de ser aceita pela base ideológica, pois havia a proximidade pelo tradicionalismo, bem como o combate ao globalismo ocidental que também é feito pelos russos – nomeadamente contra a França - permitiram ao presidente brasileiro se sentir mais confortável por essa opção, pois no final, além de permitir os fertilizantes ainda aumentaria a força e influência brasileira no cenário internacional. Com os russos enfraquecendo os franceses o Brasil também seria beneficiado pois aumentaria a fragilidade francesa na América do Sul.

Por fim, ao empregar o método de Allison (1971), podemos então chegar ao seguinte quadro:

Ator	Vladimir Putin	Jair Bolsonaro
Objetivos	União da Eurásia; aumento da influência russa sobre o mundo e impedir alargamento ao oriente da NATO.	Proteção do Cristianismo e combate ao globalismo; defesa do agronegócio brasileiro e economia brasileira no geral.
Problemas	Poderio militar da NATO, sanções econômicas e influência dos EUA.	Impedimento do acordo OCDE-Mercosul que trava as exportações brasileiras

		para a Europa; propaganda ambientalista e isolamento por parte dos países globalistas.
Soluções	Iniciar uma guerra contra os países que estão próximos de entrar na NATO; aproximação com países do BRICS; e contra-sanções.	Buscar proximidade com países dispostos a negociar e BRICS; Driblar eixo europeu; Deixar as questões ideológicas de lado e buscar construir relacionamentos na base do pragmatismo.
Consequências	Isolamento político imposto pelos países da Europa e EUA.	Perca de apoio de parte da base aliada; abandono da aliança estratégica com os EUA; Alinhamento com países contrários aos EUA.
Escolhas	Guerra contra a Ucrânia.	Alinhamento com países do BRICS, tanto na questão econômica quanto no apoio indireto à causa russa.

Elaboração própria.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho pudemos ver o conceito de política externa como sendo algo que é influenciado tanto por questões internas como externas. A política é algo complexo e diversificado, bem como temos diversos fatores preliminares que podem influenciar os caminhos de uma nação. Fatores como a própria geografia, economia, cultura e ideologia são as principais causas norteadoras das políticas externas.

No caso de Bolsonaro não foi diferente. Esse se elegeu com uma campanha

política totalmente voltada contra as ideologias de esquerda – a citar o comunismo e progressismo – buscando inclusive o ufanismo do período militar brasileiro e se manteve alinhado diplomaticamente com outros países conservadores, sendo Donald Trump, presidente dos Estados Unidos da América, o principal aliado bolsonarista durante os anos de 2019-2020.

Dessa relação de Bolsonaro com Trump, muita expectativa foi criada mas os resultados ficaram a certo ponto longe do esperado. O início da relação, com destaque para a primeira reunião dos dois como presidente em Washington, foi seguida de promessas de bons frutos, inclusive com o apoio estadunidense a candidatura do Brasil à OCDE que não foi cumprida.

Tanto por parte de Trump como de Bolsonaro houveram promessas para mudar as embaixadas de seus países de Tel Aviv para Jerusalém que também não foram cumpridas. Aliás, não apenas deixaram de ser cumpridas, como também trouxe uma enorme repercussão dentro do mundo árabe. Essa medida buscava agradar a base ideológica bolsonarista que é formada majoritariamente por membros de igrejas evangélicas e estas defendem Jerusalém como capital israelita por uma questão bíblica.

Ao passo que a parte ideológica tinha forte influência sobre a formação da política externa bolsonarista, com inclusive o ministro de relações exteriores sendo aluno do Prof. Olavo de Carvalho, a parte pragmática mais ligada aos funcionários de carreira do ministério, militares e representantes do setor agropecuário foram capazes de influenciar o presidente Bolsonaro de maneira positiva, uma vez que os ministérios tinham certa autonomia por parte do presidente.

Exemplo disso seria a atuação da Ministra Tereza Cristina logo após a repercussão negativa da ideia de levar a embaixada brasileira para Jerusalém ou o Vice Presidente General Mourão ao manter laços próximos com o regime comunista chinês buscando defender os interesses pragmáticos que vinham sendo afetados pela atuação da ala ideológica.

Já em 2020, após a pandemia de COVID-19 e o resultado da vitória de Joe Biden à presidência norte-americana, a única grande potência que dava certo respaldo a Bolsonaro acabou por lhe dar as costas e passou a defender pautas globalistas, unindo-se a figuras como Emmanuel Macron e adotando o discurso ambientalista.

Sem apoio significativo após 2020, Bolsonaro foi forçado a alterar sua postura

majoritariamente ideológica para um pragmatismo. Podemos ter como marco dessa mudança de postura a saída de Ernesto Araújo do Ministério de Relações Exteriores para dar lugar a Carlos França, um diplomata carreirista. Ao assumir, França rapidamente buscou restabelecer o bom relacionamento com os membros do BRICS, em especial a China.

No período ideológico podemos verificar que o presidente Bolsonaro tinha objetivos baseados na sua ideologia, sendo portanto relevante defender os preceitos do cristianismo, se afastando assim de países comunistas e globalistas. Logo, o isolamento se deu não apenas por conta dos outros países, mas também por parte do próprio Bolsonaro que avaliou a opção de não se alinhar mais favorável para conquistar o apoio da base. Isso trouxe a consequência da solidão no cenário internacional e alinhamento com poucos países que pensavam o mesmo.

Com a adoção do pragmatismo devido à insustentabilidade do modelo ideológico após a saída de Trump, o governo Bolsonaro efetuou uma mudança de eixo, diminuindo a relevância Brasil-EUA e elegendo o BRICS como seu foco durante os dois últimos anos. Isso gerou uma aproximação com os demais países do grupo de forma bilateral.

Com o início da II Guerra da Ucrânia, em 2022, o Brasil já pragmático buscou manter neutralidade, deixando de votar questões na Organização das Nações Unidas – ONU que condenariam a Rússia pelo fato. Isso se dá porque os russos são um dos maiores exportadores de fertilizantes do mundo, ao passo que o Brasil seria o maior consumidor desse produto russo, uma vez que a economia brasileira tem dado cada vez mais relevância à agropecuária do que a indústria manufatureira. Sem o fertilizante, a agropecuária teria sua produção estagnada, o que em reflexo afetaria a economia brasileira e desencadearia uma majoração dos níveis de desemprego e quebra na arrecadação. Ou seja, seria péssimo para o Brasil.

No caso russo, Vladimir Putin assumiu o governo russo no ano 2000 e estava restabelecendo o poderio russo que um dia a União Soviética teve. Com a queda da URSS na década de 1990, muitas e sucessivas crises econômicas atingiram o país euroasiático, não permitindo terem estabilidade nesse tema. A diferença de Putin para os antecessores era que este tinha um plano já traçado e que conseguiu demonstrar certo sucesso.

A Rússia tem como principais produtos exportadores os recursos minerais, petróleo e gás. Putin fez da Rússia um problema aos europeus, pois ao mesmo

tempo que os estes queriam avançar com a NATO para o leste europeu, ficavam mais dependentes dos russos no quesito energia. Conseguiram admitir alguns países do leste enquanto o país de Putin mantinha uma certa instabilidade econômica no final do século passado, mas a partir do momento que economia russa se estabilizou, o líder russo começou a pressionar os países do ocidente a respeitarem o acordo firmado na dissolução da União Soviética.

Com diversos posicionamentos contrários, alertando o descumprimento do acordo e vendo que os países do ocidente estavam prestes a admitirem a Geórgia e Ucrânia na NATO, Vladimir Putin iniciou uma guerra contra a Geórgia em 2008. Essa guerra demonstra que os russos jamais deixariam a influência ocidental chegar ao leste europeu e que lutariam de todas as formas possíveis contra, inclusive empregando a força militar.

Já em 2014 foi a vez da Ucrânia ser invadida pelos russos, nomeadamente na região da Crimeia. Desta vez, os países ocidentais – mesmo com a dependência energética russa – aplicaram sanções econômicas. No início essas sanções geraram um certo impacto na Rússia mas após os ajustes feitos por Vladimir Putin, eles começaram a superar e conseguiram restabelecer a saúde econômica.

A estratégia russa contra-sanções se dava por meio de três pilares. O primeiro ocorria com a nacionalização da cadeia de produção. O que podia ser feito pelos russos deixaria de ser importado, fortalecendo assim a indústria nacional, ao passo que os produtos que não poderia ser produzidos dentro da Rússia viriam de outros eixo-econômicos. O segundo pilar seria a reestruturação só sistema financeiro russo, com estatização de partes ou o todo de empresas e bancos chaves, passando o sistema ser dotado de certa robustez e ficando mais forte. Por fim, com ao isolamento imposto pelos países do ocidente, o terceiro pilar seria a aproximação com outros países fora do eixo ocidental.

É também interessante pontuar que o plano russo de longo prazo para sua política externa consistia na União Eurasiática, criando uma zona de cooperação e integração que iria de Lisboa a Vladivostok e que daria influência aos russos, ao momento em que toda a infraestrutura que ligaria o eixo asiático ao eixo europeu passaria pelo território russo, sendo que estes ainda seriam os fornecedores de grande parte da energia da Europa e Ásia.

Pra isso funcionar, seria necessário uma aproximação com o ocidente e incluía manter a Ucrânia sobre a influência russa. Isso gerou certo ciúme dos

americanos que começaram a atrapalhar o plano e não permitir que a influência russa sobre os ucranianos se concretizasse, pois viram nesse plano uma forte ameaça a sua hegemonia mundial.

Diante desse cenário, podemos observar que com o pragmatismo do Bolsonaro, a estratégia russa e o isolamento imposto aos dois pelos globalistas ocidentais, surgiram pontos em comum. Por exemplo, os franceses que tem seu território ultramarino da Guiana Francesa na América do Sul e que vem tentando a anos exercer influência na América do Sul mas que é impedida pelos sul-americanos justamente por não quererem essa influência pois identificam um perigo a suas soberanias nacionais, ao passo que os franceses foram um dos principais opositores aos russos. Isso gerou um mesmo posicionamento do Brasil e Rússia, deixando um mesmo entendimento sobre a França, o que aproximou os dois líderes.

Além disso, ambos os países estavam atrás de outros eixos para estabelecerem relacionamento diplomático e econômico. Com o Brasil sendo um dos principais importadores de fertilizantes e a Rússia sendo um dos principais exportadores desse produto, não demorou para ocorrer a aproximação das duas nações de uma maneira pragmática.

Soma-se a tudo isso um certo conforto ideológico por parte do Bolsonaro pois os ideólogos de ambos eram tradicionalistas, apesar de suas diferenças. Isso permitiu ao líder brasileiro manter relacionamento com o líder russo sem enfrentar resistência de sua base ideológica, o que gerou um duplo grau de satisfação considerando que a ala pragmática desejava profundamente a importação dos fertilizantes para manter o setor agropecuária operante.

Por fim, podemos observar que o ponto mais relevante da ideologia de Bolsonaro foi a possível transferência da Embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém enquanto o marco da mudança de postura foi a saída de Ernesto Araújo, ao passo que o ponto máximo de seu pragmatismo foi a reunião a alguns momentos antes do início da II Guerra da Ucrânia em Moscou, onde foram fechados acordos acerca da do fornecimento de fertilizantes aos brasileiros.

Outro ponto a se observar são os inúmeros países que tem sofrido sanções econômicas do eixo EUA-UE e que cada vez mais tem se aproximado do eixo BRICS. Países como Irã, Egito e Síria tem se apresentado confortáveis mesmo com sanções aplicadas. Podemos afirmar que se o eixo EUA-UE mantiver a estratégia de sanções, em breve serão a minoria do mundo, uma vez que as ex-colônias africanas

estão cada vez mais se aproximando e recebendo investimentos do BRICS.

Resta apontar que a política de sanções poderá se virar aos americanos e europeus quando os países sancionados passarem a serem maioria ou tiverem mais influência que o eixo ocidental e não quiserem mais fazer comércio com tais. A questão que só poderemos responder é se o eixo ocidental deixará que se chegue a esse ponto e principalmente qual a nova estratégia a ser adotada. A receita para fugir de sanções já está sendo ministrada pela Rússia, apesar de ser falha quando existem guerras que forcem os países sancionados a empreenderem grande esforço.

## REFERÊNCIAS

ADAM, Gabriel Pessin. A guerra russo-ucraniana no contexto eurasiático. Porto Alegre/Brasil. *Revista Conjuntura Austral*, v. 13, n. 64, 2022.

Agência Reuters. Macron: Não podemos deixar que Putin vença na Ucrânia. *Portal G1*. São Paulo/SP. 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2022/06/28/macron-pede-que-ocidente-impeca-vitoria-de-putin-na-ucrania.ghtml>. Acesso em 25 set 2023.

ALLISON, Graham T. et al. *Essence of decision: Explaining the Cuban missile crisis*. Boston/MA. Harvard University. *Little, Brown and Company*, 1971.

ALVARES, Ticiania de Oliveira; NARITA, Beatriz Sakuma; RODRIGUES, Marcela Cardoso. A geopolítica da Amazônia e a integração latino-americana. *Revista USP*, São Paulo, n. 136, p. 83-102, 2023.

ARON, Raymond. *The Situation of Democracy: Western Political Institutions in the Twentieth Century*. Cambridge/MA. *Daedalus (MIT Press)*, v. 90, n. 2, p. 350-370, 1961.

ARON, Raymond. Is isolationism possible?. Nova York/NY. *Commentary (American Jewish Committee)*, v. 57, n. 4, p. 41, 1974.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Prefácio de Antonio Paim; Trad. Sérgio Bath. 1ª Ed. Brasília/DF. *Editores Universidade de Brasília*, 2002.

BBC News, Editores. Como China e Índia têm ajudado Rússia a driblar sanções comprando petróleo barato. *BBC News*. São Paulo/SP. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61890519>. Acesso em: 26 set. 2023.

BEZERRA, Valdir Silva. Condição e desafios da economia russa atual: uma avaliação da Era Putin e a situação pós-2014. Ed. 1. São Paulo. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 9, n. 1, p. 202-2015. Jan/Abril 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 03 set. 2023.

BRITANNICA, os editores da Enciclopédia. Isolationism. *Enciclopédia Britânica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/isolationism-foreign-policy>. Acessado em 29 de agosto de 2023.

BRITANNICA, os editores da Enciclopédia. Pragmatism. *Enciclopédia Britânica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/pragmatism-philosophy>. Acesso em 03 de setembro de 2023.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. *Argumentum*, Vitória/ES, v. 13, n. 2, p. 64-81, 2021.

CAVALCANTI, Aladyr Holanda. A democracia grega. *Dimensões*, Vitória/ES, n. 3, 1992.

CONNOLLY, R. Russia's Response to Sanctions: How Western Sanctions Reshaped Political Economy in Russia. *Valdai Papers*. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/russias-response-to-sanctions-how-western-sanctions-reshaped-political-economy-in-russia/>. Acesso em: 26 set 2023.

DANTAS, Renata de Araújo Silva. Isenção unilateral de visto de turismo para os EUA e benefícios econômicos esperados: Um estudo para o Brasil, México e Argentina. João Pessoa/PB. *Repositório da Universidade Federal da Paraíba*. 30 mar 2020.

DENYS, Debora Vasti da Silva do Bomfim; PARZIANELLO, Gerson Ricardo. A fronteira Brasil–França (Guiana Francesa): desafios contemporâneos para o aprimoramento da

cooperação internacional na área de defesa. Rio de Janeiro/RJ. *Escola Superior de Defesa*. 2021.

DINIZ, Clélio Campolina; MENDES, Philippe Scherrer. Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI. *Texto para discussão*. IPEA, Brasília/DF. 2021.

DOENECKE, Justus D. American Isolationism, 1939-1941. *Journal of Libertarian Studies*, Tampa/FL, v. 6, n. 3-4, p. 201-216, 1982.

DONI, Ioan-Alexandru. The war in Ukraine and the political-diplomatic isolation of the Russian Federation. 2023.

Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, Santiago, Chile, 2008. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/relacoes\\_internacionais/unasul/normativaa\\_unasula\\_2017.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf)

FRANCISQUINI, Renato. Pragmatismo e teoria democrática: o valor não-instrumental da democracia. *Leviathan*. São Paulo/SP, n. 19, p. 1-32, 2021.

GOMES, Maiko Jhonata de Araújo. Construção de cenários do Governo Bolsonaro acerca das relações entre Brasil e Oriente Médio. Rio de Janeiro/RJ. *Cadernos Argentina Brasil*, v. 10, 2021.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. *Sul Global*, Rio de Janeiro/RJ, v. 1, n. 1, p. 192-211, 2020.

GUIMARÃES, Gabriel. Variações à direita: Steven Bannon, Alexander Dugim e Olavo De Carvalho. *SciELO Brasil*. Brasília/DF, 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/WQCvpNry8vCKWVXmDpCxp3m/?lang=pt>. Acesso em: 25 set 2023.

HAUSER, Jennifer; Tara, John. Chefe do Grupo Wagner diz que está na África para tornar o continente “ainda mais livre”. *CNN Brasil*. São Paulo/SP. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/chefe-do-grupo-wagner-diz-que-esta-na-africa-par-a-tornar-continente-ainda-mais-livre/>. Acesso em: 25 set 2023.

HASTENPFLUNG Neto, O. (2020). O Brasil como aliado prioritário extra-OTAN: oportunidades para a base industrial de defesa? *Escola de Comando e Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em:

<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7665/1/MO%200950%20-%20OLY.pdf>.

Acesso em: 25 set 2023.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu Morato. A política Externa do Brasil nos tempos do Governo Bolsonaro. *SciELO Preprints*, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771>. Acesso em: 23 set. 2023.

JACKSON, R., & SORENSEN, G. Introdução às relações internacionais. 3ª Ed. Rio de Janeiro/RJ. *Editora Zahar*, 2018.

LAWATI, Abbas Al. Análise: Entenda como a venda de drones do Irã para a Rússia pode impactar a Ucrânia. *CNN Brasil*. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-entenda-como-a-venda-de-drones-do-ira-para-a-russia-pode-impactar-a-ucrania/>. Acesso em 25 set 2023.

LEGG, Catherine; HOOKWAY, Christopher. Pragmatism. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Stanford/CA, 2008, Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2021/entries/pragmatism/>. Acesso em 25 set 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. O estilo Bolsonaro de governar ea política externa. *Boletim Opsa*, Rio de Janeiro/RJ, v. 1809, p. 15, 2019.

MAIA, Matheus Ferreira. O Brasil de Bolsonaro: um pária internacional. *Pet Economia*, Vitória/ES, v. 3, p. 24-29, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/41475>. Acesso em: 02 set. 2023.

MARINGONI, Gilberto et al. Brasil e América Latina: os labirintos da integração. *As Bases da Política Externa Bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*, Santo André/SP, v. 1, n. 9, p. 153-164, 2021.

MATHIAS, Gedeon Chabi Chadrac. Impacto da moeda Franco CFA no desenvolvimento econômico das ex-colônias francesas na África Subsaariana. *Universidade de Brasília*, Brasília/DF, 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/30895>. Acesso em: 25 set 2023.

Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: MD, 2020. Brasil. Disponível em:

[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congressonacional\\_22\\_07\\_2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf). Acesso em: 23 set 2023.

Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: MD, 2020. Brasil. Disponível em:

[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro\\_branco\\_congresso\\_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf). Acesso em 25 set 2023.

Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Brasília: MD, 2020. Brasil. Disponível em:

[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congressonacional\\_22\\_07\\_2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf). Acesso em: 23 set 2023.

MORCEIRO, Paulo César; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira. *TD Nereus*, São Paulo/SP, n. 1, p. 1-33, 2019.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O início da Era Trump: isolacionismo econômico e intervencionismo militar. *Boletim de Conjuntura-Lehc*. Rio de Janeiro/RJ, p. 15-26, 2017.

SALES, Rafale Ribeiro; SANTOS, Alzeir Costa dos. O Brasil e a regionalização da segurança na América do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Niterói/RJ, v. 10, n. 19, 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais*, IPRI UNL Lisboa, n. 64, 2019.

SILVA, Bruna Lafraia Ribeiro da; LUNELLI, Flavia; CLETO, Carlos Ilton. As exportações brasileiras e a dependência das commodities. *Caderno PAIC*, Curitiba/PR, v. 21, n. 1, p. 169-188, 2020.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina/PR, v. 26, n. 1, p. 86–107, 2021. DOI: 10.5433/2176-6665.2021v26n1p86. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098>. Acesso em: 25 set.

2023.

SCHUTTE, Giorgio Romano; DA FONSECA, Bruno Castro Dias; CARNEIRO, Gabriel Santos. Jogo de dois níveis voltado ao eleitorado: uma análise da política externa bolsonarista. *Revista Conjuntura Global*. Curitiba/PR, v. 8, n. 2, p. 98, 2019.

THUDIUM, Guilherme. Organizações Informais e Direito Internacional: o caso do BRICS. *Revista do Programa de Direito da União Europeia*, Rio de Janeiro/RJ, v. 2, p. 75-85, 2023.

VILELA, Pedro Rafael. Em guerra, Rússia promete manter comércio de fertilizantes com Brasil. *Agência Brasil*. Brasília/DF. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-06/em-guerra-russia-promete-manter-comercio-de-fertilizantes-com-brasil>. Acesso em: 25 set 2023.

WEISZFLOG, Walter. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2 Ed. *Melhoramentos*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/creditos/>. Acesso em: 29 ago. 2023.